

Cinema em formação

FLÁVIO DUTRA/JU



Crescimento da presença universitária na produção audiovisual revela maturidade técnica e dos temas abordados

CadernoJU

Alunos do Curso de Realização Audiovisual (CRAV) da Unisinos durante gravação do curta-metragem *As meninas*

61ª FEIRA DO LIVRO DE PORTO ALEGRE

Os destaques da Editora da UFRGS

FLÁVIO DUTRA/ARQUIVO JU - OUT/2012



P12

Patrimônio
Os caminhos para o registro de bens imateriais **P13**

Meio ambiente
Pesquisador defende papel da FZB na sustentabilidade **P11**

Refugiados
Incertezas marcam a rota de fuga de milhões de sírios **P10**

AUTISMO

Mediador digital

Aumenta a oferta de dispositivos e ferramentas digitais nas escolas com vistas à inclusão, mas ainda há limitações para grupos como de crianças autistas com idade entre 3 e 9 anos. Interessado na produção de tais tecnologias, grupo de pesquisadores em Informática na Educação da UFRGS desenvolveu aplicativo que visa ampliar a comunicação de crianças autistas da educação infantil que ainda não tenham alcançado a expressão oral. **P8**

MEDICINA

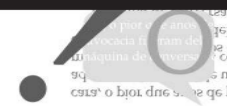
O cadastro da discórdia

Instituído em agosto deste ano por meio de decreto do governo federal, o Cadastro Nacional de Especialistas vem provocando reações contrárias por parte das associações médicas. O documento visa fortalecer o Sistema Único de Saúde, por meio da criação de um banco de dados central com informações sobre a formação de especialistas, a fim de possibilitar a distribuição desses profissionais pelo país, bem como o diagnóstico das carências de cada região. **P5**

SALÃO UFRGS 2015

Marcos Rolim vê esperanças e frustrações no mundo digital

P9



Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Juntos fazemos mais

Outubro promete ser um dos meses mais vigorosos na Universidade. Os eventos acadêmicos, que ensejam o debate, a reflexão, a construção coletiva e o caráter muitas vezes estratégico, fazem avançar o conhecimento e dão visibilidade às atividades cotidianas da Universidade. Encontro de caráter institucional e transdisciplinar, o Salão UFRGS, sob o tema *REDES SOCIAIS Conexões que transformam*, irá discutir o impacto e as potencialidades das redes sociais no cotidiano das pessoas e das atividades acadêmicas. Do ponto de vista das ações da comunidade, a edição do *UFRGS Criança*, projeto voluntário realizado por docentes, técnico-administrativos, discentes e apoiado pela ADUFRGS e ASSUFRGS, nas instalações da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) reuniu cerca de 800 crianças e seus familiares

para atividades lúdicas e recreativas, recuperando uma tradição de acolhimento e pertencimento. Também merece destaque a programação cultural preparada pelo Departamento de Difusão Cultural da Pró-reitoria de Extensão para este ano, que tem encantado a todos os que vêm lotando o Salão de Atos. Para exemplificar, num único dia a Universidade ofereceu à sociedade gaúcha o empolgante concerto de Renato Borghetti e sua Fábrica de Gaiteiros, e a belíssima aula-espetáculo de Vitor Ramil.

Essas atividades expressam o envolvimento de dezenas de pessoas e muito tempo de organização, requerendo alta dedicação e motivação e demonstrando clareza de objetivos e harmonia no fazer institucional. O desempenho ordenado do conjunto se traduz no sucesso dessas ações que, em

consonância com as demais atividades acadêmicas, têm contribuído para a missão institucional de democratizar o acesso ao conhecimento, ao saber e à cultura.

E, assim, a UFRGS vai fazendo seu papel para enfrentar a crise, que chega na forma do ajuste do orçamento e, principalmente, do desalento pessoal que a continuada dificuldade econômica e política do país a todos impõe. Na Universidade, passamos boa parte do dia, durante muitos anos ou por quase toda uma vida. E é neste ambiente que podemos efetivamente fazer a diferença. Com a clareza da missão, dedicação e harmonia, é possível enfrentar o momento crítico, vencê-lo com coragem e resiliência, e dele emergir com serenidade e preparados para o próximo ciclo. A nossa comunidade está demonstrando que é possível.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 91004-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Ricardo Schneiders da Silva

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Ânia Chala, Cassiano Kuchembecker Rosing, Cida Golin, Luiz Carlos Pinto, Michéle Oberson, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer, Temístocles Cezar

Editor Interino Flávio Dutra

Subeditora Jacira Cabral da Silveira

Repórteres Ânia Chala, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (CADERMO JU)

Diagramação Kleiton Semensatto da Costa

Fotografia Flávio Dutra (Editor)

Revisão Antônio Falçetta e Felipe Ewald

Bolsistas (Jornalismo)

Antônio Assis Brasil, Iami Gerbase, Igor Porto e João Pedro Teixeira

Circulação Juliana Gonçalves Mota

Fotolitos e Impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 14 mil exemplares

ufrgsnoticias

#eunosalãoUFRGS

CONCURSO CULTURAL
Poste uma selfie com o seu projeto do Salão,
concorra a um TABLET!

Confira o regulamento
em ufrgs.br/salaoufrgs

SALÃO UFRGS 2015

19 a 23 de Outubro

Artigo

120 anos de uma história de excelência

A Faculdade de Farmácia foi criada pela União Farmacêutica em 29 de setembro de 1895. Pouco depois, em 25 de julho 1898, uniu-se à Escola de Partos da Santa Casa de Porto Alegre, dando início à Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre. O nome Farmácia foi retirado do curso em 1911, mas permaneceu como integrante da Faculdade de Medicina até 1949, quando se tornou autônoma (Lei de 28 de dezembro daquele ano). Finalmente, por meio do decreto de 5 de junho de 1952, foi organizada como Unidade Técnico-administrativa. Assim, consideramos como marco inicial o ano de 1895, data que, aliás, assinala o início do ensino superior no Sul do Brasil.

Passados 120 anos de sua fundação, é oportuna uma reflexão sobre o papel histórico da Faculdade de Farmácia da UFRGS na formação de profissionais farmacêuticos, especialistas, mestres e doutores aptos a atuarem com elevada competência em diferentes áreas das Ciências Farmacêuticas. Assim como o ensino, a profissão farmacêutica passou por grandes transformações no último século, e nossa instituição soube manter-se em sintonia com as demandas da sociedade, inserindo-se no Sistema Único de Saúde, marco referencial da saúde em nosso país.

As atividades de ensino da Faculdade de Farmácia contam com a contribuição de 59 professores, sendo que a maioria possui título de doutor. A equipe é completada por 58 servidores técnico-administrativos em

Educação qualificados e em constante especialização. As estratégias de ensino na formação dos profissionais abrangem atividades teórico-expositivas, práticas em laboratórios de ensino, ensino a distância, visitas a campo e estágios. Além disso, os futuros farmacêuticos recebem aulas de docentes com elevada competência, oriundos de outras Unidades da UFRGS, como os institutos de Química, de Ciências Básicas da Saúde, de Biociências, e de Ciência e Tecnologia de Alimentos, visando à formação de profissionais altamente capacitados. Atualmente, os egressos do curso de Farmácia podem ser encontrados atuando em diferentes órgãos governamentais, instituições de ensino e empresas privadas de todo o território nacional. O elenco de disciplinas e áreas para a qualificação desses profissionais tem sido constantemente discutido no âmbito da Unidade, considerando as tendências do mercado, a modernização das áreas de atuação e as legislações vigentes.

Por outro lado, a pesquisa científica na Faculdade de Farmácia desempenha um papel de destaque nacional e internacional, com a presença de nossos docentes em áreas tradicionais, pioneiras ou portadoras de futuro. A excelência desses estudos pode ser constatada pelos depósitos de patentes por professores que atuam em diferentes áreas, com ênfase nas patentes licenciadas e nos produtos desenvolvidos no âmbito da Faculdade de Farmácia que já chegaram ao mercado. Nesse contexto, não se poderia deixar de ressaltar o papel

dos Programas de Pós-graduação da nossa Unidade. Em 1970, o PPG em Ciências Farmacêuticas foi um dos pioneiros no Brasil na formação de mestres na área de Análise, Síntese e Controle de Medicamentos. Novamente em ação precursora, em 1992 foi implantado o curso de doutorado. Como resultado da excelente formação de recursos humanos, qualificação do corpo técnico e docente e da produção de conhecimento, em 2013 o PPG em Ciências Farmacêuticas da UFRGS recebeu o conceito 7 da Capes, o maior grau na avaliação, sobressaindo-se como um dos três melhores pós-graduações na área de Farmácia no país. Além desse PPG, também possuímos mais dois programas: o de Assistência Farmacêutica e o de Nanotecnologia Farmacêutica, ambos atuando na forma de associação em rede com outras universidades brasileiras, em iniciativas pioneiras para a formação de recursos humanos altamente especializados em duas importantes áreas da Farmácia. Os mestres e doutores formados em nossa Unidade têm ocupado posições de relevo nacional e internacional, contribuindo para a nucleação de novos grupos de pesquisa em todo o Brasil.

As atividades de extensão têm sido igualmente incentivadas e reconhecidas pela sociedade. Na Unidade são realizadas ações que visam contribuir para o desenvolvimento social do país, tais como: análise clínica laboratorial em pacientes do SUS e para acompanhamento/monitoramento de níveis

de CD4/CD8 de pacientes HIV positivos do estado do RS, produção de material educativo para ensino, avaliação da qualidade, descarte e uso correto de medicamentos, além de outras iniciativas de cuidado à saúde, integradas ao Sistema Único de Saúde e à assistência farmacêutica, incluindo o gerenciamento de uma unidade da Farmácia Popular do Brasil.

A relevância dessas atividades foi internacionalmente reconhecida neste ano em que completamos 120 anos de fundação. A publicação britânica Quacquarelli Symonds (QS) divulgou em abril um levantamento classificando a Faculdade de Farmácia da UFRGS entre as 100 melhores do mundo na área de Farmácia e Farmacologia. Tal distinção se deve às diferentes gerações de docentes, servidores técnico-administrativos, discentes e gestores superiores que contribuíram com seu trabalho e dedicação ao longo de muitos anos para garantir de forma contínua o nosso alto desempenho. Nesse cenário, a atual direção formaliza aqui, em alusão ao aniversário da Faculdade, um agradecimento especial a todos esses atores que contribuem e contribuíram para o contínuo crescimento e excelência de nossa instituição.

José Angelo S. Zuanazzi,
Ruy Carlos R. Beck e
Ana Jussara Duarte de Souza
Diretor, vice-diretor e gerente administrativa da Faculdade de Farmácia



RAMON MOSER/JU



Universidade consulta a sociedade sobre metas para os próximos dez anos a fim de construir seu Plano de Desenvolvimento Institucional

Gestão

Planejando o futuro da Universidade

Desde o início deste semestre, a UFRGS vem promovendo conferências, seminários e encontros setoriais com o objetivo de apresentar as metodologias de aplicação do Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2026 (PDI), estimulando a participação em sua construção e discutindo com a comunidade acadêmica e a sociedade propostas para alcançar a excelência universitária almejada para a próxima década.

Baseado em estudos nacionais e internacionais sobre ações desenvolvidas nas universidades, o processo é composto de duas etapas: a formulação e o diagnóstico estratégico, que se encerram neste ano; e a implantação, execução e o monitoramento, feitos continuamente durante os dez anos de vigência do Plano. A consulta pública segue aberta até 13 de novembro por meio do site

www.ufrgs.br/pdi/participacao-da-comunidade. As contribuições, tanto para a comunidade interna quanto externa, podem ser feitas individualmente (com possibilidade de responder anonimamente) ou coletivamente, a partir de discussões feitas nos grupos e unidades. O resultado do planejamento de ações será apresentado ao Conselho Universitário até o final de dezembro.

Metodologia – O PDI é um instrumento para organizar o que deve ser realizado, a fim de atingir objetivos reais, como a excelência nos cursos de graduação e pós-graduação. Essa ferramenta é utilizada pelas universidades e atende a uma determinação legal do Ministério da Educação. A ideia é adotar esse instrumento como o principal orientador das estratégias democráticas da UFRGS, ao serem ouvidas

sugestões em todas as instâncias.

Conforme a professora da Escola de Administração da Universidade e consultora do Comitê do PDI, Ângela Brodbeck, o Plano é uma bússola para as futuras ações da reitoria. “A consulta vai nos dizer o que se quer para o futuro. No documento final, iremos agrupar propostas em itens amplos, que vão expressar os itens menores sugeridos pela comunidade.” Já o vice-reitor Rui Oppermann, coordenador do Comitê de Desenvolvimento do PDI, considera a iniciativa uma construção coletiva que busca definir as diretrizes nas quais se norteará a Universidade. A proposta foge à prática anterior das assembleias, ampliando a possibilidade de participação. “Não ousou pensar que acertaremos em tudo. Para isso, estamos prevendo uma avaliação constante”, assegurou o professor.

O processo de elaboração do PDI é composto por elementos de planejamento estratégico em universidades da área da Administração, como a chamada matriz SWOT (estudo das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças). Ou seja, são avaliados pontos fracos e fortes da UFRGS para projetar medidas visando melhorar o ensino e a manutenção dos alunos. Se estes sugerirem, por exemplo, o aumento do número de vagas em casas de estudante, esse será um objetivo dentro das políticas de acolhimento que fazem parte do Programa de Ações Afirmativas.

Até o momento, os temas com maior número de contribuições são: inovação acadêmica, alianças estratégicas com outras instituições, desenvolvimento organizacional, inclusão social e qualidade de vida na comunidade acadêmica.



Pesquisa e inovação

15 anos de incentivo

Em 2004, o Governo Federal estabeleceu a Lei de Inovação (LF 10.973), em que promoveu medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no país. Antes da Lei entrar em vigor, a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico da UFRGS (Sedetec) já dava apoio às pesquisas desenvolvidas na academia, integrando com as atividades de extensão. A Sedetec é destaque no programa *Conhecendo a UFRGS*, que a UFRGS TV exhibe nesse mês.

Criada há 15 anos, a partir do Escritório de Interação e Transferência de Tecnologia, ligada à reitoria, a Sedetec confirma a vocação da Universidade de impulsionar o desenvolvimento tecnológico e incentivar a inovação. A secretária Raquel Mauler, que coordena o núcleo, conta que no início a Sedetec tinha um número reduzido de patentes, mas que hoje é diferente: “Ainda precisamos motivar os pesquisadores sobre a importância do patenteamento, mas esse é um processo natural de evolução”.

Além do patenteamento, a Sedetec também é responsável por: direito autoral, propriedade intelectual, transferência tecnológica, processos de interação universidade-empresas, entre outras atividades. Para Ana Paula Matei, responsável pelo setor de Projetos e Interação Universidade-Empresa, a secretaria é fundamental não apenas por atender à Lei de Inovação, mas principalmente por aproximar o avanço tecnológico e a pesquisa da comunidade. “Quando fazemos essa conexão com outros setores, cumprimos com o papel da Universidade. Dessa forma estamos protegendo o que é desenvolvido por nossos pesquisadores.

Outro foco da Sedetec é estimular a cultura e a prática do empreendedorismo através do curso de extensão Maratona de Empreendedorismo, que está na sua 16.ª edição, aberto à comunidade interna e externa. Ana Beatriz Michels trabalha com o programa e comenta que o diferencial da Maratona é a oportunidade de unir, num mesmo espaço, diversas áreas, abrindo o leque de possibilidades para os participantes.

Assista ao programa

Conhecendo a UFRGS que vai ao ar no dia 03 de novembro, na UNITV, canal 15 da NET POA, às 20h e às 23h.

Feira do Livro

Lançamento homenageia professora Sandra Jatahy Pesavento

No dia 7 de novembro, será lançada na 61.ª Feira do Livro de Porto Alegre a coletânea *História cultural da cidade - homenagem a Sandra Jatahy Pesavento*, organizada pelos pesquisadores Jacques Leenhardt, Daniela Marzola Fialho, Nádia Maria Weber Santos, Charles Monteiro e Antonio Dimas. A atividade inclui uma mesa-redonda na Sala Oeste do Santander Cultural, às 18h, quando será abordada a história cultural do urbano, homenageando a historiadora e professora da UFRGS falecida em 2009. Sandra teve como uma de suas áreas temáticas a história cultural das cidades, na qual deixou ampla produção científica. Às 20h do mesmo dia, na Praça de Autógrafos, haverá sessão de autógrafos, sendo que a obra terá distribuição gratuita.

Em entrevista concedida ao repórter do JU Ademar Vargas para a edição de março de 2006 do JU, Sandra fez uma análise que ainda se mantém atual: “Hoje, se vive no mundo da imagem, mas pouco se trabalha a leitura dessa imagem. Navegamos na superfície desse mundo imagético, e as pessoas fazem associações com produtos e indicações, mas não têm uma cultura que lhes permita entender a arte, ou sequer tentar fazer uma leitura interpretativa e simbólica dessas imagens. Esses sintomas são alarmantes e estão ligados a um terceiro fator: as pessoas são coagidas a optar por setores cada vez mais especializados do conhecimento. Isso bloqueia a possibilidade de enxergar e compreender o mundo”.



FLAVIO DUTRA/ARQ. JU MARÇO 2006



À espera do diálogo

Política

Cinquenta anos após definição da ONU, diplomata argentino defende o direito de soberania

Samantha Klein

A Assembleia Geral das Nações Unidas adotou por maioria uma resolução que reconheceu a existência de um conflito entre a Argentina e o Reino Unido em relação à posse e exploração das Ilhas Malvinas. Ficou definido que as partes deveriam encontrar uma solução pacífica para o impasse por meio de negociações bilaterais, sem esquecer os direitos dos colonos que moram na região desde o século XIX.

Diversas propostas surgiram na década de 1970, mas as conversações estancaram no início dos anos 80, culminando em uma guerra de dois meses em que a Argentina teve a maioria das perdas humanitárias – mais de 600 soldados portenhos morreram – e a Inglaterra recuperou a posse sobre o território. O único ponto positivo foi a aceleração do processo de derrocada da ditadura no país banhado pelo rio da Prata.

A Argentina luta pela soberania do território e utiliza como exemplo de mudança na conjuntura mundial a recente retomada de diálogo entre Estados Unidos e Cuba. Com status de embaixador, o secretário para as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Ministério das Relações Exteriores, Daniel Filmus, esteve na UFRGS para palestra e conversou com a reportagem. Na opinião do ex-senador e candidato ao Parlasul, está na hora de o Reino Unido ceder e negociar.

Qual é a validade da Resolução 2.065 da ONU nos dias de hoje?

A resolução, aprovada no ano de 1965 por quase unanimidade, reconhece que existe um problema colonial em relação às Malvinas, sendo que o Reino Unido se absteve do voto. Naquele momento começaram as negociações sobre a soberania das ilhas e, para a ONU, a cada ano, Argentina e Inglaterra deveriam enviar um informe sobre os avanços nas conversações. Nos anos 1980, após o conflito bélico, as negociações não foram retomadas e houve o embargo econômico à Argentina. Agora as relações diplomáticas estão normalizadas em todas as áreas, há intensa relação econômica, cultural e científica, mas não existe qualquer conversação sobre as Malvinas. Por outro lado, blocos comerciais como o Mercosul e outras alianças na América Latina apoiam a questão da soberania das ilhas para os argentinos e o direito sobre os recursos minerais. Inclusive, o Direito Internacional e o direito



“Se depois de 53 anos, com apoio do Papa, houve reabertura do diálogo entre EUA e Cuba, a questão das Malvinas deverá ser revista”

RAMON MOSER/JU

argentino nos garantem que poderíamos iniciar ações para barrar a colonização das ilhas. Os países do Mercosul, por exemplo, poderiam impedir que navios com bandeiras das Malvinas (Falklands) ou militares atracassem em seus portos. Essa última possibilidade fortalece o posicionamento argentino.

Cinquenta anos após a Resolução sobre colonização, o senhor e os argentinos acreditam de fato na abertura do diálogo?

Estamos certos de que isso vai acontecer, cabe definir quando será possível. Se olharmos o mapa do mundo de cem anos atrás, veremos que 50% da população não tinha o direito de eleger seus governantes porque 26% do território era composto por colonizações inglesas. O rei da Inglaterra governava. Hoje, há 17 áreas coloniais, sendo dez britânicas, formadas por ilhas ou comunicações com o mar como Gibraltar (localizado no extremo da Península Ibérica), que dão acesso ao oceano. Mas não serão situações eternas. Em algum momento, o Reino Unido terá de recuperar o diálogo com essas regiões. Vários jornais questionaram a opinião dos britânicos e quase todos concordaram que é hora de retomar a conversação. Se depois de 53 anos, com apoio do Papa, houve reabertura do diálogo entre Estados Unidos e Cuba, a questão das Malvinas também deverá ser revista. Por outro lado, sabe-se que os gastos militares do Reino Unido no Atlântico Sul são enormes. Sabe-se que eles estão interessados apenas nos recursos naturais e não no respeito à liberdade de opinião e decisão dos povos que subjugou mundo afora, em oposição ao discurso das Nações Unidas que defende a livre

determinação dos povos. Para que o Reino Unido tenha outra relação com os países da América Latina será necessário iniciar o processo de reintegração das Malvinas.

Qual é o peso do plebiscito realizado em 2013?

Bom, eles são ingleses. Não haveria nem porque realizar o plebiscito, pois são cidadãos de lá. O tema de fundo é quando a ONU diz que se aplica a livre determinação dos povos. Em todos os casos de descolonização se aplica a livre determinação. Em 93% das resoluções da ONU, o Reino Unido votou contra esse conceito. Assim, os ingleses somente defendem a livre determinação quando ela os favorece. Ao realizar um plebiscito em que as pessoas votam com documento inglês, é evidente que vai pender para o lado deles. Além disso, conforme o último censo inglês, 47% da população nasceu lá. Estou falando do censo britânico porque não podemos intervir. Há uma regulação da migração, proibindo que os argentinos sigam para lá. Dessa forma, a população também não cresce. É o território mais militarizado do mundo: para 2.800 habitantes, há 1.500 militares. É uma base militar que não tem nenhuma intenção de defender a liberdade, mas obter vantagens no Atlântico Sul. Essa área das ilhas é muito importante comercialmente por estar nos corredores bioceânicos Atlântico-Pacífico e Atlântico-Índico. Além disso, interessa às petrolíferas.

Se existir pré-sal na região, aumenta a pressão sobre a soberania da Argentina? Há o risco de uma guerra pela disputa do recurso fóssil?

Inegavelmente é um território rico em hidrocarbonetos e outros recursos naturais. Até o final dos

anos 70, acreditava-se que não havia riquezas. Falava-se da possibilidade de indenizar os ilhéus para que voltassem ao Reino Unido, mas isso mudou ao se descobrir que havia riquezas minerais. Há neste momento uma plataforma da Noruega perfurando as redondezas das ilhas. Ou seja: o interesse britânico está na eventual exploração do petróleo. Para a Argentina, essas riquezas são do nosso país. Mesmo que não houvesse riqueza, as ilhas ainda seriam território argentino. Há 182 anos reclamamos a soberania, não é possível permitir que uma potência colonial continue atuando. O Reino Unido não leva em conta que é impossível explorar petróleo sem apoio continental. Esta plataforma da qual falo teve um problema de rompimento em uma máquina perfuradora num poço vazio, caso contrário, o dano alcançaria a costa argentina em duas semanas e o efeito seria pior que o do Golfo do México. Existe o perigo de uma tragédia ambiental caso ocorra algum problema na região que alcance a Antártida. Por outro lado, com os atuais preços do barril de petróleo, a exploração também não seria atraente.

A gestão compartilhada não seria uma solução para o conflito?

A nossa constituição diz que o país tem o direito jurídico sobre as Malvinas e as ilhas ao redor. A Argentina tem soberania. O único mecanismo para recuperar as ilhas é a paz e a diplomacia. O respeito ao interesse dos ilhéus está garantido. Não há perigo de um conflito bélico.

Por ser uma Zona Econômica Exclusiva, há um cálculo dos prejuízos como perda de impostos?

A Justiça argentina embargou as

empresas petrolíferas em 154 milhões de dólares (a medida tomada em junho incluiria o sequestro de um navio e de uma plataforma), mas a Inglaterra está contestando. Quanto à pesca, a depredação à biodiversidade é o maior prejuízo; não há controle. Outro recurso de receita das ilhas é o turismo. Para chegar lá é necessário seguir de avião ou navio de cruzeiro, que partem da Argentina, América Central ou do Brasil, passando pelos portos argentinos. O país poderia lançar um embargo e impedir a passagem das embarcações sob o argumento de defesa da própria riqueza.

A sua candidatura ao Parlamento do Mercosul (Parlasul) pode fortalecer a causa das Malvinas?

O Parlasul é mais um fórum de discussões inspirado no Parlamento Europeu. Estima-se que nos próximos anos poderá ter força para que regras e propostas ali votadas sejam aprovadas pelos parlamentares do bloco. Por exemplo: hoje há livre circulação de pessoas no Mercosul, mas não há consenso quanto à educação ou ao direito à aposentadoria. Porém, é possível que possamos defender a causa das Malvinas e fortalecer o apoio para abrir o diálogo com a Inglaterra. É antigo o apoio do Brasil à nossa causa. Em 1833 tivemos três declarações oficiais de apoio vindas da Bolívia, do Peru e do Brasil. Foram os primeiros países a dar apoio depois da invasão inglesa. Não há ressentimento pelo fato de o Brasil não ter apoiado o conflito bélico com a Inglaterra, porque aquilo foi uma ação da ditadura. Aliás, não permitiríamos que uma mãe chore por um filho por conta das ilhas. O compromisso com os combatentes que morreram na guerra é a paz.



Especialistas para todos

Saúde Ministério anuncia sistema que possibilita melhor distribuição do atendimento especializado

Com criação prevista na lei que instituiu o programa *Mais Médicos*, em 2013, o Cadastro Nacional de Especialistas fez ressurgirem as tensões entre entidades médicas e governo federal, ao ser oficializado por meio de decreto em agosto deste ano. O documento tem como objetivo criar um banco de dados central que reúna informações sobre a formação de médicos especialistas, de forma a possibilitar a análise da distribuição desses profissionais pelo país e o diagnóstico das carências de cada região, para assim orientar o desenvolvimento de políticas públicas e fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS).

Disputa de poder – A polêmica, porém, veio a partir do artigo 14 do decreto, que propunha a certificação de especialista para aqueles que concluíssem qualquer tipo de pós-graduação na área médica, mesmo as sem carga prática. Tal proposta foi vista pelas entidades médicas como uma tentativa, por parte do Ministério da Saúde, de tomar para si a titulação de especialistas, tradicionalmente atribuição das sociedades de especialistas, que conferem a certificação por meio da residência médica ou pelas provas de obtenção de título. “O Cadastro Nacional de Especialistas foi criado para conter artigos que permitam ao governo interferir unilateralmente na formação de especialistas. [...] O objetivo final do governo é claro. Quer poder chamar de especialista qualquer médico que passar por curso de carga horária reduzida e sem aula prática, nivelando por baixo. [...] O foco é aumentar a quantidade de especialistas com apenas uma canetada, sem a mínima preocupação com a qualidade na formação”, conforme comunicado da Associação Médica Brasileira (AMB).

Para Ricardo Burg Ceccim, docente da Escola de Enfermagem da UFRGS e coordenador do Núcleo de Educação, Avaliação e Produção Pedagógica em Saúde (EducaSaúde), se trata de uma disputa de poder motivada pelo temor das entidades de perder o controle que a titulação lhes confere: “Elas tiveram essa posição de defesa, pois acreditavam que o Ministério estaria assumindo uma tarefa que seria delas. Na verdade, a polêmica mesmo era em torno da questão de quem terá a autoridade para conferir o título. A perda dessa tarefa seria um esvaziamento de poder das entidades”. Após as reivindicações das sociedades médicas, foi organizado um Grupo de Trabalho, composto por representantes do governo federal, parlamentares e integrantes do Conselho Federal de Medicina e da Associação Médica Brasileira, a fim de debater e reformular pontos do Cadastro. A nova redação do decreto, pu-

blicada no dia 11 de setembro, foi celebrada como uma vitória pelos membros das entidades médicas. “O Ministério ressaltou que não era uma substituição da certificação de especialidades e que as entidades continuariam sendo responsáveis. Foi uma briga política que as entidades médicas ganharam”, conclui Ceccim.

Organização necessária – Amenizada a polêmica, é importante considerar os benefícios e possibilidades que o Cadastro poderá trazer. Na opinião de Paulo Ricardo Mottin Rosa, médico residente do Hospital Nossa Senhora da Conceição e presidente da Associação dos Médicos Residentes do RS (Amerers), a luta deve ser sempre pela qualificação e ampliação do atendimento pelo Sistema Único de Saúde: “Inicialmente, havia uma preocupação com as brechas que o decreto dava para a certificação da especialização. Existia dúvida se haveria garantia da competência dos profissionais formados fora da residência”, afirma Paulo, e acrescenta: “Mas nós, residentes, não somos contra a criação de um cadastro que englobe todos os especialistas. É importante ter esses dados para guiar o planejamento e atender às áreas nas quais o SUS é mais carente”.

A ampliação dos serviços de atenção especializada de forma a atingir regiões que apresentam escassez de profissionais, que deverá ser possibilitada pela análise dos dados colhidos pelo Cadastro, é considerada um passo lógico, após a primeira etapa

do programa *Mais Médicos*, que procurou expandir os atendimentos de atenção básica. “O grande problema hoje é como planejar a distribuição dos trabalhadores da saúde. O *Mais Médicos* nasceu dessa incapacidade de preencher os postos médicos nos municípios com menor densidade populacional e nas periferias das grandes cidades”, comenta Ricardo Ceccim, para quem, “com esse aumento dos atendimentos da atenção básica, é de se esperar que haja mais encaminhamentos para o especialista. A expansão da atenção básica cria a necessidade de haver mais cardiologistas e especialistas, por exemplo”.

O pesquisador explica que há uma grande desinformação em relação à distribuição de especialistas no país, causada pelas discordâncias entre os bancos de dados já existentes: “Atualmente, não tem como saber como está o provimento de médicos especialistas. Existe a base de dados da Comissão Nacional de Residência Médica, que é quem concede o título, e também a do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), que cataloga os profissionais por profissão e especialidade. A AMB também tem relacionados os dados dos profissionais registrados na associação. O problema é que as informações diferem entre os bancos de dados, o que cria uma grande confusão em relação ao número de profissionais atuando”. Em estudo do Ministério da Saúde, foi constatada uma diferença de 75% no número de oftalmologistas relacionados nos bancos

existentes. O Cadastro Nacional de Especialistas pretende ser um sistema de dados central, que agrupará todas as informações sem as atuais divergências, para que, assim, o poder público tenha a possibilidade de organizar o provimento da atenção especializada em regiões mais carentes.

“A expansão da atenção básica cria a necessidade de mais especialistas”

Ricardo Ceccim
Docente da Escola de Enfermagem

“Para ser feito um planejamento de provimento de profissionais é preciso ter a informação correta. Para isso, é preciso, primeiramente, ter o conhecimento de que tipo de profissionais existem em maior e em menor número em cada região”, defende Ceccim. “Constatadas as especialidades com baixo índice de profissionais em relação à demanda, é necessário estimular a formação, oferecendo, por exemplo, bolsas de residência nas especialidades em falta.” Os dados presentes no Cadastro serão de livre acesso a toda a população.

Universalização da residência
Uma das medidas contempladas na lei do *Mais Médicos* para asse-

gurar a expansão do atendimento especializado é a universalização da residência médica, ou seja, a garantia de que o número de vagas para residência se equiparará ao número de egressos dos cursos de graduação. A proposta, que a lei determina que seja colocada em prática até o final de 2018, é vista com otimismo pelos especialistas: “No modelo atual, em que não há vaga para todos na residência, acontece de muitos recém-graduados irem atender em emergências, onde seria preferível que tivéssemos gente mais bem preparada e com mais experiência”, observa Paulo Mottin, para quem “a experiência na residência é bastante distinta da vivência da graduação, pois há muito mais proximidade com a realidade da prática e tu assumas algumas responsabilidades que são bem importantes. No momento em que todos tiverem oportunidade de passar por uma residência, certamente irá aumentar a qualidade no atendimento à população”. Já Ricardo Ceccim ressalta a importância de políticas públicas de distribuição de profissionais em uma hipótese de universalização da residência: “Universalizar as vagas de residência reforça a necessidade de se planejar o provimento. É fundamental que se tenha uma lógica de distribuição dos profissionais porque, senão, se estará gastando dinheiro apenas para aumentar a concentração de especialistas em áreas já sobrecarregadas”.

João Pedro Teixeira, aluno do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico





No caminho da inclusão

Libras Letras terá novo bacharelado para formação de tradutores e intérpretes

Felipe Ewald

O Brasil vem acrescentando à sua legislação dispositivos que preveem a inclusão de pessoas com deficiência em todos os âmbitos da sociedade, assegurando a elas o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais em condições de igualdade. A mais recente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), consolida essa tendência, pressionando ainda mais a demanda pela formação de profissionais capacitados para atender às exigências previstas.

Entre as determinações da LBI está a incumbência ao poder público de assegurar a formação e disponibilização de tradutores e intérpretes, os quais, quando direcionados à tarefa de interpretar nos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em tradução e interpretação em Libras.

De qualquer forma, essas exigências já apareciam, por exemplo, no Decreto n.º 5.626 de 2005, que previa a realização de programas específicos de fomento à criação de cursos de graduação – apesar de ainda ser flexível quanto à formação de tradutor e intérprete em nível superior – e dava um prazo de 10 anos para a implementação completa da legislação. Assim, foi lançado pelo Ministério da Educação (MEC) o edital Viver Sem Limites e, em 2013, instituiu-se, no Instituto de Letras da UFRGS, uma comissão para desenvolver o projeto pedagógico do curso de Letras Libras.

“Numa reunião do MEC, fomos informados que seriam criados entre 12 e 14 novos cursos no Brasil, mas 90% eram licenciaturas.

Então o ministério solicitou, como temos na UFRGS uma história no bacharelado, que abrissemos um bacharelado”, recorda a professora Ingrid Finger, coordenadora da comissão.

A decisão foi reforçada no diálogo com a Faculdade de Educação, que já tem um longo percurso na pesquisa sobre educação de surdos, além de ser a responsável por ofertar a disciplina de Libras obrigatória para todos os cursos de licenciatura e de sediar o polo de graduação a distância de pedagogia bilíngüe.

Curso – Diferente dos outros bacharelados em Letras, que têm entrada comum e escolha posterior da língua, o de Libras terá inscrição específica já no momento da seleção. Ao todo, serão 30 vagas por ano, com entrada apenas no primeiro semestre, sendo 21 destinadas ao vestibular e nove reservadas para o acesso pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

O bacharelado foi projetado para pessoas ouvintes e não exige a proficiência na língua de sinais, apesar de prever que as disciplinas sejam ministradas em Libras. Para tornar isso possível, foram planejadas algumas peculiaridades no currículo do curso que o diferenciam das outras habilitações em Letras, como a presença de quatro intérpretes para atuar no apoio dentro e fora da sala de aula.

Haverá também uma intensa carga horária de formação na língua, chegando a 210 horas em um único semestre, enquanto habitualmente não passa de 90. “Eu sou professora de inglês e uma das coisas que a gente sempre reclama é que a carga horária de outras disciplinas é muito pesada, enquanto a formação em língua mesmo é deficiente. Quando chegou a hora do Letras Libras, decidimos que faríamos aquilo em que a gente realmente acredita”, recorda Ingrid.

Se normalmente são 20 créditos de língua nos dois primeiros anos, para Libras serão 44. “Ou seja, mais do que o dobro. Os alunos terão uma formação intensa, porque a partir da etapa 5 não haverá mais

intérpretes em sala de aula e todas as disciplinas serão dadas em Libras”, acrescenta a professora.

Outra singularidade é a ênfase na interpretação – ausente nos currículos das outras línguas, que formam apenas tradutores, mas não intérpretes –, cujas práticas já se iniciam na quarta etapa. Além disso, a grade curricular também inclui disciplinas obrigatórias sobre aquisição de língua, políticas linguísticas e bilinguismo.

Para atender a todas essas demandas, serão contratados novos professores. Os concursos públicos para selecioná-los já estão abertos, sendo que o curso já conta com um docente, Nelson Goettert, vindo da Universidade Federal do Rio Grande, que é surdo, ainda que este não seja um requisito para ocupar a vaga.

“Particularmente, acho que é essencial que a gente tenha professores surdos também. Mas é a mesma coisa que perguntar se precisa ter professor nativo no curso de Letras Inglês. Não, não precisa. Agora, de fato, é importante, porque tem questões da cultura surda que são muito específicas, a que os ouvintes

não têm acesso. De qualquer forma, o fato de ser surdo não é o critério mais importante; a pessoa tem que ser qualificada. Se for surda, melhor”, opina Ingrid.

Comissão – O trabalho da comissão de criação do projeto pedagógico, composta por sete professoras do curso de Letras, durou de abril até dezembro de 2013. Foram analisados diversos currículos, especialmente o do primeiro curso de Letras Libras do país, que ocorreu na modalidade a distância e foi criado por um grupo de professores liderado pela professora Ronice de Quadros, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Por outro lado, para avaliar a demanda por profissionais qualificados no atendimento à população surda no âmbito escolar e não escolar, foi feito um levantamento dos dados demográficos no Rio Grande do Sul. Segundo o IBGE, a população com deficiência auditiva representa cerca de 6% do total. Além disso, o projeto ainda aponta que há 20 escolas de surdos distribuídas pelo estado, sendo que muitas matrículas vêm sendo

redirecionadas a escolas regulares, onde a inclusão ainda é precária pela falta de preparo no ambiente escolar para garantir a comunicação com os alunos surdos.

“Já há formação de licenciados para serem professores de Libras, mas não necessariamente formação interdisciplinar para se ter professor de ciências ou matemática em Libras. Tudo caminha lentamente nessa área, por mais que os surdos sejam muito organizados”, aponta a coordenadora da comissão.

No que se refere à implementação do curso, ela lamenta algumas alterações realizadas no currículo. Uma delas foi a mudança de disciplinas que originalmente eram específicas para Libras, como as de fonética e fonologia. Isso porque, de acordo com Ingrid, a noção de que há parâmetros distintivos na produção dos sinais é essencial para o conhecimento aprofundado da língua. Essa percepção também será crucial para a aquisição do português como segunda língua por crianças surdas, que para isso devem ser expostas à Libras até os quatro anos de idade, o que nem sempre ocorre.

Profissionalização

A ideia de haver uma formação específica de intérprete vem com as sucessivas regulações legislativas, mas na prática ainda existem limitações. A professora Ingrid questiona: “O que a pessoa faz para se tornar intérprete de Libras? Aprende Libras com alguém e já vira intérprete de uma hora para a outra? Muitas pessoas que atuavam na área faziam assim: ‘vou transmitir o que eu acho que é importante’; e não interpretavam de fato”.

Essa impressão é compartilhada por Adriana Arioli, tradutora e intérprete de Libras na UFRGS. “Os intérpretes não eram profissionais; por tradição, eram familiares, professores de escola. Eu mesma era professora de artes numa escola de surdos. Como estava ali cotidianamente, fui aprendendo rápido e depois acabava interpretando em reuniões”, lembra. Mesmo assim, optou por buscar qualificação e graduou-se em Letras Libras no polo da UFRGS do curso oferecido a distância pela UFSC. Ela comenta: “Apesar de eu já saber língua de sinais, a presença da área de estudos da tradução me deu muito suporte. É importante começar a usar esse campo de conhecimento para a área de interpretação em Libras. Isso faz toda a diferença na atuação profissional”.

Adriana ainda vê, contudo, contradições no mercado de trabalho, já que os intérpretes concursados para atuar na Universidade, como ela, ocupam vagas de nível médio. “No entanto, nosso dia a dia é de nível superior. Na Faculdade de Educação, atuamos basicamente nas disciplinas de mestrado e doutorado em que há alunos surdos. Muitos deles fazem seus trabalhos em língua de sinais e nós temos a tarefa de traduzir essa produção intelectual para o português acadêmico, mais formal”, explica a servidora.



Adriana Arioli, tradutora e intérprete de Libras, considera que a formação qualificará o trabalho dos novos profissionais

FLAVIO DURÃO/UFU



Após um período difícil de depressão no pós-parto de Francisco, Vanessa Cândido superou a doença e já pensa em ter um segundo filho

Tristeza inexplicável

Saúde Grupo busca auxiliar mulheres com depressão pós-parto

Samantha Klein

A chegada de Francisco foi planejada. Ainda assim, Vanessa sentia tristeza permanente. Era como se aquele pequeno e indefeso ser estivesse consumindo suas forças e sua vontade de viver. Ela chorava diariamente, mesmo quando tinha o auxílio da mãe nos cuidados do filho e da casa. “Sentia que minha vida tinha terminado tantas eram as exigências dele. Parecia que nunca mais seria eu mesma. Era como se tudo fosse para o bebê, e eu não conseguiria mais retomar meu trabalho, minha rotina, minha vida.” A depressão pós-parto atingiu Vanessa Cândido já nos primeiros dias de vida do nenê.

O parto, em julho do ano passado, foi bem sucedido, mas os problemas com a amamentação repercutiram na alimentação do recém-nascido. Paralelamente, o humor de Vanessa se alterava. Ela chegou a pensar que se tratava do *baby blues* ou tristeza materna, comum em pós-gestantes por causa das alterações bruscas nas taxas hormonais. “Ele chorava muito e eu não sabia como proceder. Percebi que o problema era com o leite, então comecei a tomar um medicamento para estimular a produção. O detalhe é que esse remédio tem antidepressivo na fórmula e passei a me sentir repentinamente feliz”, ressalta.

Entretanto, mesmo tomando o medicamento por um mês e meio, em meados do ano passado, Vanessa percebeu que o menino continuava com fome. A enfermeira decidiu então suspender a medicação, e a tristeza voltou com toda a força. “Meu quadro de depressão foi piorando dia a dia. Tinha apoio da família, do meu marido, mas eles achavam que aquilo ia passar em breve. Até que decidi procurar uma ginecologista. Foi o ponto máximo porque tive a certeza de que não iria superar o problema sozinha”, admite.

Ela diz que nunca pensou em se afastar da criança, mas que a situação lhe perturbava por não saber como lidar com um ser tão frágil. “Pensei várias vezes, ‘meu deus, porque me meti nisso?’, ‘porque resolvi ter um filho?’. Ter buscado ajuda médica foi fundamental. Um ano depois, estou começando a diminuir a dose dos remédios.”

Grupo – Vanessa não está sozinha. A depressão pós-parto é um problema relativamente comum, que não tem idade para acontecer. A fim de discutir a síndrome, tentar minimizar os sintomas e melhorar a relação entre progenitora e bebê, o Instituto de Psicologia da UFRGS está realizando uma pesquisa sobre o tema. Para isso, o Grupo de Atendimento Psicológico a Mães Deprimidas e Seus Bebês tem atividades até o final do ano. Após esse período, os professores irão avaliar a continuidade do projeto.

Os encontros são multitemáticos, mas sempre propõem a melhor interação entre a criança e a mãe. Entre os aspectos ressaltados nas atividades, encontra-se a desmistificação do tornar-se responsável por um ser humano.

“Trabalhamos a questão da desconstrução do mito da maternidade, do amor materno, como se tudo fosse cor de rosa. Não é. Na verdade é uma mudança radical de responsabilidade acompanhada de um turbilhão de emoções”, sustenta a professora Giana Frizzo, integrante do grupo de pesquisa.

As gestantes com quadro depressivo durante a gravidez têm 70% de risco de ter depressão pós-parto. O mesmo se repete se a doença ocorreu em gestação anterior, segundo a docente. “Fora isso, não temos muita consistência de dados, mas mulheres com problemas conjugais, conflitos com a família, dificuldades financeiras ou que não planejaram a vinda do filho também podem ser afetadas. Além disso, ter conflitos com o parceiro não vai necessariamente implicar na manifestação da doença. Talvez o conjunto de fatores possa trazer explicações, por isso

trabalhamos com a perspectiva multicausal”, observa.

Apoio familiar – Os sintomas da tristeza materna ou depressão são variados, mas famílias e amigos podem percebê-los. “Muitas vezes, elas sofrem caladas por muito tempo, levam meses para entender que necessitam de ajuda. Irritação, tristeza inexplicável, cansaço muito grande, conflitos conjugais estão entre os sinais de alerta. Elas começam a sentir-se mal no pós-parto, e os sintomas seguem em um crescente. Algumas podem senti-los ao longo de todo primeiro ano de vida do bebê. Há casos em que elas melhoram espontaneamente, mas observamos que várias não têm boa relação com o filho, outras brigam com os familiares. São quadros que podem piorar muito e levar a consequências graves”, sustenta Giana Frizzo.

As consequências extremas são tentativas de suicídio e homicídio. Os casos de psicose puerperal, as chamadas emergências psiquiátricas, porém, são muito raros e devem ser acompanhados por psiquiatras com administração de medicamentos e, eventualmente, afastamento da criança. Esses casos não são tratados pelo grupo de pesquisa do Instituto de Psicologia.

A professora Giana considera que a depressão afeta não somente a mãe, mas também o pai, em vista da influência desse quadro no contexto familiar. “É altamente preocupante porque a criança pode ficar sem um adulto saudável em um dos momentos mais críticos do seu desenvolvimento. Por isso, a relação entre o pai e a criança também deve ser motivo de atenção”, considera. Ao mesmo tempo, ela destaca que a presença dele e a ausência de conflitos conjugais são fatores que podem amenizar os efeitos da depressão materna para o bebê. Portanto, o casal, e não apenas a mãe, deverá buscar ajuda psicológica.

No caso de Vanessa, a atenção dos familiares foi fundamental no tratamento: “Minha mãe se dedicou muito. Vinha todos os dias à minha residência e auxiliava nos cuidados com o Francisco e com a própria casa. Meu marido também percebeu que eu não estava bem e ficou ao meu lado”.

Ela já conseguiu voltar ao trabalho em um posto de saúde de Canela, na região serrana do estado. Como enfermeira, conhece diariamente novas mães de bebês e crianças pequenas e começou a conversar com as mulheres que apresentam sintomas de tristeza ou depressão. “Faço perguntas, quero saber como elas estão se sentindo psicologicamente diante do desafio de cuidar de uma pessoa frágil, pequena e cheia de necessidades de cuidado e amor. Sei na pele como é importante se dar conta do problema o quanto antes”.

Apesar das dificuldades enfrentadas, Vanessa já pensa no próximo filho. “Estou preparada. Mesmo que eu tenha depressão novamente, tenho certeza de que estarei mais apta para lidar com os sentimentos e as dificuldades em relação ao nenê. Olhando de fora, nem parece tão difícil lidar com o choro persistente”, diz esperançosa.

Indícios

Estudos mostram que 20% das gestantes podem apresentar *baby blues* ou depressão pós-parto, o que gera a necessidade de cuidado e atenção aos sintomas apresentados pelas mães. A doença pode se manifestar meses após o nascimento da criança e se estender por um ano. Os episódios depressivos costumam durar poucos meses, porém, as consequências podem ser agravadas com interrupção das atividades normais da mulher e ideias de suicídio.

Sintomas comportamentais

- Tristeza a maior parte do tempo
- Ataques de medo, pânico e ansiedade sem motivo
- Incapacidade de apreciar a vida (incluindo a perda de interesse por sexo)
- Sentimentos de inutilidade e de culpa quando as coisas dão errado
- Ter ideias de se ferir e pensamentos suicidas
- Incapacidade de tomar as menores decisões
- Dificuldade de concentração
- Fuga dos amigos e do contato social
- Tudo parece ser um peso insuportável

Sintomas físicos

- Incapacidade de dormir ou comer ou, alternativamente, vontade de dormir ou comer o tempo todo
- Dores diversas, dores de cabeça e maior vulnerabilidade a infecções

Fonte: Laboratório de Estudos da Família, Relações de Gênero e Sexualidade do Instituto de Psicologia da USP.



Aplicativo amplia integração

Inclusão

Ferramenta possibilita que crianças com autismo participem da interação social

Felipe Ewald

Pedro é um menino de quatro anos com autismo que ainda não apresenta expressão oral. Ele está incluído em uma sala de aula regular na educação infantil. Quando a professora consulta a turma sobre qual história deve ler, alguns colegas gritam: “A Casa Sonolenta”, enquanto outros pedem mais alto: “O Saci”. Para que sua vontade seja considerada, Pedro utiliza um recurso expressivo complementar que torna possível tomar parte na atividade de sala de aula: em um tablet, ele indica a imagem da capa do seu livro preferido, cujo nome é então vocalizado. Em seguida, a professora passa a contar a história e logo faz uma pausa para perguntar a todos, referindo-se à história narrada: “E agora, quem é que vem deitar na cama?”. As crianças vão nomeando os personagens de acordo com sua memória, enquanto Pedro, diante de uma prancha virtual, visualizada no equipamento, em que constam todas as opções para a narrativa lida pela educadora, indica o cachorro, e todos escutam a palavra reproduzida.

Essa cena hipotética de uma sala de aula da educação infantil é uma pequena ilustração das mudanças acarretadas pelo mundo digital que já são vividas na esfera escolar, aumentando as possibilidades de inclusão. São inúmeros os dispositivos e as ferramentas ofertados atualmente. Apesar disso, ainda existem limitações no que concerne a grupos específicos, como crianças autistas com idade entre 3 e 9 anos, segundo informa Liliana Passerino, coordenadora do projeto SCALA (Sistema de Comunicação Alternativa para Letramento de Pessoas com Autismo) e docente do Programa de Pós-graduação em Informática na Educação (PGIE).

Interessado na produção de tecnologias com viés social, o grupo de pesquisadores desenvolve e disponibiliza gratuitamente o aplicativo que pretende ampliar as opções de comunicação de crianças da educação infantil que apresentem autismo e que ainda não tenham alcançado a expressão oral. De acordo com Liliana, essa foi uma lacuna identificada em 2009, no início do projeto, quando havia poucas ferramentas que ou estavam desatualizadas ou eram voltadas para jovens e adultos.

SCALA – A versão atual do aplicativo oferece duas modalidades: SCALA Web, que é acessado online mediante cadastramento do usuário, e SCALA Tablet, disponí-



Reprodução de uma tela do aplicativo SCALA, que auxilia o desenvolvimento da comunicação de crianças autistas que não tenham alcançado a expressão oral

FLAVIO DUTRA/JU

vel apenas para sistema Android, mais amplamente encontrado nas escolas. Tanto um como outro têm uma interface simplificada com apelo visual infantil e dispõem de diferentes layouts de pranchas com espaços a serem preenchidos por pictogramas, que podem ser buscados em um banco com 4.500 itens organizados em categorias, como *Pessoas*, *Objetos*, *Ações*, *Sentimentos*. Para garantir a gratuidade do programa, todos esses elementos gráficos são cedidos sob a licença Creative Commons pelo grupo ARASAAC (Portal Aragonês de Comunicação Alternativa e Ampliada). Além desses recursos, o usuário também pode importar suas próprias imagens.

Abaixo de cada pictograma, é possível inserir um texto curto que facilite a convenção do significado pretendido no contexto da prancha elaborada. Liliana lembra que, mesmo que a criança não seja alfabetizada, o aplicativo foi projetado para que pais, responsáveis e professores o utilizem junto com ela. Isso também facilita o estabelecimento dos sentidos convencionados pelos símbolos gráficos, que precisam ser generalizados e compartilhados pelos interlocutores. “Há sempre uma dúvida entre as famílias sobre escrever ou não. Se a pessoa não registra a palavra junto da imagem, depois fica se perguntando: ‘o que significa isso mesmo?’. Então, não adianta a criança saber que ela pode trazer a figura para conseguir o que está ali representado se eu não sei o que é. Aí não acontece a comunicação”, assevera Renata Bonotto, doutoranda em Informática na Educação na UFRGS.

Assim, a ideia do SCALA, explica Liliana, é que ele sirva como um suporte à linguagem, podendo fazer um pequeno complemento ou dar um apoio completo, dependendo da necessidade do sujeito. Ela ressalta

que isso é realizado por meio do apelo visual do aplicativo – o que é motivado pelo resultado de pesquisas que revelam que o sujeito com autismo tem boa habilidade visual. “Se uma criança consegue entender mais uma imagem de uma bola do que falar a palavra bola, então vamos oferecer as alternativas visuais, porque assim ela pode completar a interação, utilizando esse recurso. Mesmo que não faça uma frase inteira, consegue expressar uma ideia”, acrescenta.

Autismo – A perspectiva de usar recursos como o SCALA para incluir sujeitos com autismo não oralizados nas instâncias de interação ancora-se no entendimento de que é preciso eliminar as possíveis barreiras que eles encontram, compreendendo-se a deficiência não necessariamente como algo que está na pessoa, mas sim algo que nasce a partir das interações com o meio. “Por exemplo, se sou cadeirante, mas vou a um lugar que é acessível em todos os sentidos, é como se a minha limitação física passasse de forma invisível”, explica Renata.

No caso do autismo, não se trata de um impedimento físico. O fato de alguns sujeitos não falarem – há uma estimativa de que entre 30 e 50% das crianças com autismo podem não apresentar linguagem oral – ainda não tem uma explicação precisa. Liliana, no entanto, comenta que isso pode ocorrer por conta da dificuldade de encontrar o sentido na comunicação, já que “existe no autismo déficit na interação social, na comunicação e nos comportamentos”. Aponta ainda que a “interação pode se tornar estranha ou acontecer de forma pouco convencional, afetando a construção da linguagem, que é um processo social: a gente aprende a falar interagindo com os outros”. Quando esse processo é malsucedido, pode

Comunicação alternativa

O início da comunicação alternativa (CA) se dá nos anos 80 com ênfase principalmente nas pessoas com paralisia cerebral que tinham afetada sua capacidade de articulação. Começaram a ser desenvolvidos equipamentos que as apoiassem na oralização. Nos primórdios, usavam baixa ou média tecnologia, com recursos limitados. À medida que a técnica foi progredindo, novas possibilidades foram se apresentando, ampliando a versatilidade para apoiar a comunicação, além de personalizar as características de funcionamento.

Renata define a CA como “um conjunto estruturado de códigos verbais ou não verbais expressos através de canais não orais (gestos, símbolos, desenhos), necessitando de um suporte físico. Isso contribui para o desenvolvimento de ações comunicativas que sejam praticáveis, espontâneas e generalizantes, funcionando como apoio parcial à comunicação”.

Segundo ela, ainda é muito incipiente no Brasil a CA voltada para o autismo. Inserido nessa lacuna, o projeto SCALA pretende abarcar, no próximo ano, um novo recurso tecnológico. “Temos pessoas pesquisando sobre o reconhecimento de objetos por sensores. Isso será especificamente para celulares, já que as crianças e os adultos têm sempre junto de si seus smartphones”, ressalta Liliana.

Para ter acesso ao aplicativo ou obter mais informações sobre o SCALA, acesse o endereço do projeto: scala.ufrgs.br.

ocorrer o isolamento do indivíduo, o que amplia o prejuízo para o seu desenvolvimento.

Renata assegura que “quem tem recursos expressivos limitados vai ter sempre dificuldade para tornar conhecidas as suas necessidades para os outros”. Para romper esse ciclo, é preciso desenvolver compensações por meio de estratégias pedagógicas amparadas por ferramentas como o SCALA, transpondo barreiras de comunicação com a criação de pontos de contato, como o uso de imagens para convencionar sentidos.

Narrativas visuais – Como um desdobramento dentro do SCALA, foi criado um novo recurso que possibilita a criação de narrativas visuais. “Como a gente sempre priorizou escolas com crianças incluídas, as professoras começaram a pensar estratégias de uso que envolvessem toda a turma. Daí surgiu o Narrativas Visuais, que nada mais é do que um espaço para contar histórias

com imagens”, explica Liliana.

Quando projetado numa tela grande, a turma pode criar uma narrativa coletiva com a participação facilitada de alunos sem expressão oral. A ferramenta dispõe de quadros que podem ser preenchidos com cenários de fundo, com os mesmos pictogramas das pranchas e também com balões para inserir texto. Além disso, podem ser importadas imagens produzidas pelos alunos.

A expectativa é de que as pontes possibilitadas pelo SCALA contribuam para a progressão do desenvolvimento da criança com autismo, incentivando-a a participar na interação social, constituindo, assim, os sentidos na linguagem e, consequentemente, a oralização. Liliana enfatiza: “Nossa ideia é que o SCALA seja abandonado. O ideal é que a criança se desenvolva, que elabore estratégias de fala. Ele foi feito justamente pensando nessa faixa etária restrita para servir como suporte que deixará de ser utilizado”.

Vícios e virtudes da rede

Na web

Marcos Rolim
avalia as
contradições que
o mundo digital
carrega

Felipe Ewald

O Salão UFRGS 2015 discute as redes sociais e as transformações trazidas por elas em diferentes esferas da vida em sociedade. Um dos palestrantes da conferência de abertura é o sociólogo e jornalista Marcos Rolim, que fala ao JU a respeito dos impactos da evolução da internet sobre tópicos como democracia e direitos humanos.

Apesar das potencialidades da rede, Rolim enxerga um aprofundamento de desigualdades sociais, o que se verificaria na perpetuação da dificuldade de alguns para entrar em contato com bens culturais, ainda que disponíveis no meio

virtual, ao qual vem se ampliando o acesso. Nesse sentido, aponta o risco da replicação frenética de opiniões, que pode levar ao discurso de ódio e à condenação sumária de cidadãos, por exemplo, através da rede promovida pela blogosfera policial. Consta, assim, a propensão para a formação de guetos e a redução da abertura ao diálogo com as diferenças.

No início dos anos 2000, havia uma idealização de que a internet potencializaria a democracia. No entanto, o momento atual, de alguma forma, contradiz isso. Esse panorama te parece real?

É real, embora não tenha acontecido por conta da internet. Acho que são fenômenos distintos. O que considero importante avaliar em relação à rede é que a experiência percorrida até agora demonstrou suficientemente que o fato de haver um recurso disponibilizado às pessoas não significa que seu uso vá ser o esperado. Já existem algumas pesquisas no mundo que mostram isso. Um estudo recente, na França, mostra que a expectativa de que a

internet pudesse democratizar o acesso à cultura não se concretizou. Isso por uma razão muito simples: as pessoas procuram na rede aquilo que elas já têm. Então, rigorosamente, as pessoas que têm certa formação cultural, que já possuem certo capital cultural, elas o ampliam na internet. Muitos jovens hoje, em geral de classe média, pessoas que tiveram uma boa formação escolar ou chances maiores de aprender um segundo idioma, estão voando na internet: têm um aproveitamento imenso, fazem cursos a distância, se matriculam em Harvard, fazem um conjunto de relações no mundo inteiro, aprofundam as discussões, etc. Isso porque têm esse potencial e também capacidade financeira, enquanto outros jovens da mesma idade sem essa formação e sem os mesmos recursos mergulham, digamos, num lixo oferecido abundantemente pela internet e aprofundam cada vez mais o seu vínculo com esse lixo. Então, o fenômeno que ocorreu do ponto de vista cultural foi uma coisa diferente da democratização. Houve o aumento desse gap, quer dizer, há um espaço que se ampliou entre a

vanguarda e aqueles que estão mais atrás. Estes estão ainda mais atrás e são a grande maioria; os que estão na frente estão cada vez mais na frente. Portanto, acho que a gente teve um deslocamento em sentido oposto à ideia de democratização, que envolveria certa perspectiva igualitária ou tornaria menos desigual o acesso à cultura. Quando a internet começou, eu mesmo imaginava isso, ingenuamente. Pensava: “Agora finalmente os pobres vão ter condições de se aproximar dos mais ricos, porque não vai mais ser preciso comprar livros, por exemplo. Vamos ter acesso a muito material disponível gratuitamente na rede”. E de fato o material está lá, só que as pessoas não estão lendo; elas estão no futebol, na pornografia, na abobrinha, no grupo de amigos, se escondendo atrás de nomes falsos e xingando os outros. Então, tem uma miséria cultural que se tornou mais visível a partir desse recurso.

As redes sociais, às vezes, ajudam a garantir processos democráticos, como se viu em 2013 na organização de protestos. Elas podem favorecer a democracia?

Há uma possibilidade virtuosa que é evidente com relação à democracia, que está muito centrada na multiplicidade dos produtores da notícia. Quem vem de um mundo pré-internet, como eu, onde quem produzia notícia eram as grandes agências internacionais e a mídia tradicional, tinha uma produção limitada. A diversidade de opiniões era bem mais restrita. Com a internet, tivemos a ruptura disso. As coisas se inverteram, porque, de alguma forma, a imprensa tradicional acaba existindo como uma espécie de filtro e de espaço de legitimação das notícias que já circulam muito antes. Isso é importante para a democracia: a ideia de que, a rigor, cada sujeito pode ser um produtor de notícia. Alguém na rua que presencie uma atividade abusiva da polícia, bata uma foto e jogue isso no Facebook ou no Twitter está formando opinião e é uma nova fonte de produção de informação. Nesse sentido, há um efeito de democratização virtual. O problema é que temos essa possibilidade virtuosa junto de outras que são viciosas. A mais grave parece ser a multiplicação do ódio e do preconceito. Há um discurso do ódio que se tornou universal, porque atinge mais pessoas. Temos também uma tendência de condenação sumária e simplificação dos acontecimentos, porque as pessoas entram na repercussão dos fatos e logo têm um juízo firmado. Aí parece haver uma desvantagem em relação à mídia tradicional, pois nela havia um espaço maior para checar a matéria, para ouvir várias fontes – uma boa matéria jornalística deve ouvir fontes com opiniões diversas, embora nem sempre a mídia respeite isso. Então, ao mesmo tempo em que temos uma multiplicidade maior de fontes produtoras de notícia, temos, como regra, mais superficialidade. Predomina a barbárie do julgamento sumário, do boato que

se transforma em verdade.

Essa violência toma proporções maiores em função da rede?

Sim, isso a gente ainda vai precisar de estudos para comprovar, mas tenho a impressão de que isso é muito nítido. Nós temos hoje, por exemplo, no Brasil, uma blogosfera policial. No Rio Grande do Sul não é tão pronunciada, mas no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais é impressionante a quantidade de policiais que têm blogs. Alguns deles com seu próprio nome, outros com nomes falsos a fim de se protegerem das corporações. Alguns com trabalhos muito interessantes; há, entretanto, uma grande massa de presença de policiais nas redes sociais, especialmente no Facebook, com páginas de ódio e de valorização daquela cultura guerreira e da ideia de que bandido bom é bandido morto, de falas contra os direitos humanos. São policiais, servidores públicos, e eles estão em rede, se articulando e reproduzindo esse discurso de uma forma que seria impossível sem as redes sociais. Nesse caso, a gente tem um problema, porque está se disseminando entre as polícias uma noção cada vez mais agressiva, violenta e intolerante, e menos profissional. Acho isso muito ruim.

De maneira geral, há pouca informação sobre o que se passa na rede. Existem levantamentos sobre isso?

Existem pesquisadores, pessoas que eu conheço que trabalham com isso; fazem levantamentos muito interessantes, com mapas, em que se pode visualizar o tipo de acesso, de reprodução de opinião. Existem estudos estatísticos que vêm sendo feitos. Mas isso ainda é pouco. A gente acaba lidando com um universo que é muito plural, diverso, desconhecido. Até porque – e esse é outro fenômeno das redes sociais – acabamos espelhando nas redes as nossas relações. Então, procuramos aqueles que pensam como nós pensamos, aqueles que têm os mesmos valores, gostos musicais, etc. Isso vai criando um espelhamento. O próprio Google, na seleção de interesses, vai fortalecendo isso, promovendo na nossa timeline os assuntos que normalmente nos interessam. É um processo de formação de guetos, de uma infinidade imensa de grupos que não dialogam entre si e não se conhecem. Isso torna esse universo ainda mais misterioso para todos nós. Por isso é importante que alguém, observando de fora, possa lançar um olhar mais aprofundado sobre o que está acontecendo entre essas tribos, essas demarcações. Mas acho que, no Brasil, ainda são feitos poucos estudos nesse sentido. É uma característica bem brasileira esse pouco apreço por pesquisas com base empírica, quer dizer, fazemos nas universidades muitos estudos qualitativos e desprezamos as pesquisas quantitativas. Estamos sempre fazendo levantamentos à base do “eu acho que”, e não conseguimos concluir as coisas, porque não há base empírica suficiente para afirmar nada.

“Estudo recente, na França, mostra que a expectativa de que a internet pudesse democratizar o acesso à cultura não se confirmou”



Crise humanitária

Política de imigração *Milhões de pessoas com destino incerto fogem de conflito na Síria*

Desde 2011, o conflito na Síria já acumula pelo menos 200 mil mortos e mais de 4 milhões de refugiados que abandonaram suas casas, cruzaram fronteiras e vêm tentando se estabelecer em outros países em busca de uma vida longe da guerra. Muitos pagam fortunas para coiotes e se arriscam em travessias no Mediterrâneo em direção à Europa. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), mais de 500 mil pessoas chegaram aos litorais de Itália e Grécia em travessias arriscadas, sendo mais da metade sírios. Pelo menos 2.980 morreram ou estão desaparecidos. Outros milhares chegam à União Europeia por terra, pelos Balcãs, e recentemente foi reportada a chegada à Noruega de cerca de 170 sírios pela fronteira com a Rússia, no Círculo Polar Ártico, onde temperaturas negativas são comuns mesmo no verão.

O Líbano tem 25% de sua população composta de refugiados

Marina Scomazzon, estudante de Relações Internacionais, e Renata Campiolo, já formada no curso e estudante de Direito, trabalham a questão no Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados (Gaire) do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (Saju) da UFRGS. Segundo elas, apesar de existir uma onda crescente de pedidos de refúgio na Europa, a ideia que se tem de que o continente está sendo invadido é uma falácia. As estudantes ressaltam que, dos dez maiores destinos de refugiados, nenhum é europeu. Só na Turquia, são quase 2 milhões; no Líbano, pouco mais de 1 milhão; 600 mil na Jordânia; 250 mil no Iraque; e 130 mil no Egito. A advogada Gabriela Antunes, que trabalhou como assistente de proteção do ACNUR, assinala que esses países têm muito mais dificuldade para oferecer algum tipo de apoio aos refugiados e que o fato de as nações distantes do conflito receberem refugiados em maior quantidade poderia aliviar um pouco a carga nos territórios vizinhos. “O Líbano tem 25% da sua população composta de refugiados. Para um país com situação complicada, que passou por conflitos recentemente e está em

processo de reconstrução, receber tamanho contingente de pessoas é bastante difícil”, exemplifica.

Compromisso limitado – Depois de a foto do menino Alan Kurdi, de três anos, encontrado morto em uma praia do litoral turco, estampar jornais pelo mundo, expondo a dificuldade dos sírios em conseguir asilo, alguns países se comprometeram a receber mais migrantes “nos próximos meses”, ainda que governos de potências ricas continuem criando dificul-

dades para esse acolhimento. Mais explícito que outros, o governo de Israel declarou não ter condições de receber refugiados sírios e começou a construir um muro na região de fronteira com a Jordânia a fim de evitar “uma inundação com infiltrados, trabalhadores imigrantes ou terroristas”. Já na Europa, mesmo que centenas de milhares de sírios tenham chegado aos países do Mediterrâneo, Grécia, Itália, Espanha e Portugal juntos concederam menos refúgio que o Brasil.

Gabriela explica que a política europeia para receber refugiados, com o Tratado de Dublin, determina que, assim que alguém ingressa com o pedido de refúgio em um país, é esse que deve dar assistência. “Eles são obrigados a solicitar refúgio nesses países para não ficarem em situação irregular. Daí a dificuldade de conseguirem sair para outras nações da Europa”, comenta a advogada, observando que, como esses países não querem receber mais expatriados, “confortavelmente

se mantêm nessa posição”. Em junho, a Hungria suspendeu os acordos da convenção, afirmando não ter condições de acolher refugiados que entram na UE por seu território. Mais tarde, Alemanha e República Checa também suspenderam temporariamente os acordos, mas, passando a aceitar refugiados que haviam entrado através de outros países.

Antônio Assis Brasil, aluno do 6.º semestre de Jornalismo da Fabco



Após terem sido barrados na fronteira com a Hungria, imigrantes sírios obtiveram permissão para seguir rumo à Áustria e à Alemanha

Imigrantes x refugiados

É necessária uma diferenciação entre refugiados e migrantes. Renata Campiolo, internacionalista do Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados (Gaire) do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (Saju) da UFRGS, explica que o conceito “imigrante” não é fixo, sendo utilizado de forma um pouco diferente, dependendo do autor. Em geral, se trabalha com um conceito residual, sendo classificado como migrante todo sujeito que se deslocou, atravessou fronteira e permaneceu por um determinado tempo, mas não é considerado asilado ou refugiado. Já refugiado tem um conceito mais restrito, definido na convenção das Nações Unidas de Genebra de 1951 como aquele que não quer ou não pode voltar ao seu país por “fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política”.

Há, ainda, em alguns continentes, uma ampliação dessa ideia. Na América Latina, definido pela convenção de Cartagena, de 1984, e regulado no Brasil em 1997 por meio do Estatuto do Refugiado, o termo passou a abarcar todo aquele indivíduo que foge de seu país por “grave ou generalizada violação dos direitos humanos”. Embora avaliada como progressista em relação à convenção da ONU, essa definição tem problemas por não especificar o que seriam as violações

dos direitos humanos, deixando a interpretação a cargo da vontade política de cada nação.

De acordo com Gabriela Antunes, casos como o dos haitianos que deixam sua terra natal por falta de direitos sociais e econômicos deveriam ser interpretados como violação de direitos humanos, mas não é o que ocorre no Brasil, ainda que o país conceda visto humanitário aos imigrantes da nação caribenha. O documento lhes dá direito à residência, trabalho e acesso a políticas públicas.

Conforme a advogada, o governo brasileiro raramente utilizava o inciso do Estatuto do Refugiado que fala da violação generalizada dos direitos humanos, abrigo de refugiados apenas quando se verificava perseguição. Isso mudou em 2013, com a decisão do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), renovada em setembro de 2015 por mais dois anos, que determina a concessão de visto à população síria e de territórios próximos, devido aos conflitos na região.

Gabriela conta que, por normalmente se tratarem de pedidos por perseguição étnica, religiosa ou política, os processos de refugiados são analisados individualmente. No caso do Brasil, o solicitante chega ao país, pede refúgio, faz uma entrevista com um oficial de elegibilidade que avalia sua situação e encaminha a solicitação a uma plenária do Conare, na qual é decidido

se o pedido será aceito. Após a norma de 2013, passou-se a pular as fases de agendamento e realização de entrevistas com a emissão de parecer direto para a plenária, sendo que os casos de pedidos de refúgio por cidadãos da Síria e de países da região do conflito têm sido analisados em bloco. Por essa medida, o Brasil tem hoje mais de 2 mil residentes sírios, que constituem a maior população de refugiados no país.

Outra diferenciação importante se dá entre os direitos do solicitante de refúgio e os de quem já concluiu o processo. Renata explica que o Brasil é um dos poucos países em que solicitantes e refugiados têm direitos equiparados, ganhando identidade e carteira de trabalho, além de acesso à educação e saúde públicas, sendo a única diferença o fato de os documentos serem provisórios. Já na Europa, muitos ficam em campos de refugiados e, “enquanto estão naqueles abrigos, não podem trabalhar nem estudar no sistema formal de educação”, revela Renata. Quanto ao trabalho, os países europeus também têm mais restrições. Gabriela exemplifica o caso da Alemanha, em que o solicitante não pode trabalhar nos primeiros três meses e, depois, pode tentar permissão, mas para isso tem de comprovar não só que é qualificado para a função como precisa ser o único na região querendo o posto.



“Só é possível conservar o que se conhece”

FLAVIO DUTRA/JU



Em um estado pioneiro em questões da preservação ambiental, pesquisador considera difícil entender como a extinção da Fundação Zoobotânica pode ser pauta na Assembleia Legislativa

Meio ambiente Para o professor Ludwig Backup, a Fundação Zoobotânica é fundamental

Nos idos dos anos 70, durante o governo de Euclides Triches, o Guaíba passou por um período de escassez de peixes. Diversos jornais davam conta de que a fauna do lago estaria desaparecendo. Denunciavam que isso acontecia em função da sobrepesca, fora de estação, mas também da poluição, dos esgotos da cidade e dos rios que desembocavam ali e traziam consigo os detritos da atividade industrial na Região Metropolitana. O então secretário da Saúde, Jair Soares, se apressou em responder ao Correio do Povo que todas essas denúncias eram bobagem, pois o Guaíba nunca teria sido lar de outra espécie que não o Mandim, peixe pequeno de valor insignificante para a atividade dos pescadores. Quem lesse, porém, os relatos de naturalistas alemães do século XIX, como Herman von Ihering e Hensel e de trabalhadores antigos, iria encontrar registros de tainhas, corvinas e bagres. O próprio zoológico possuía em seu pesqueiro, ainda na década de 50, espécimes de dourados, que foram retirados do estuário do Guaíba.

O caso acima foi contado pelo zoólogo Ludwig Backup. Para ele, não se trata só de um exemplo de como nossos rios já foram melhores e mais conservados, mas sim um indicativo de como, às vezes, “nem os nossos administradores sabem

o que existe” em nossa fauna. Isso atesta, na sua opinião, a importância da pesquisa científica e da recuperação do registro histórico na área da preservação ambiental.

Backup, que foi professor do Departamento de Zoologia no Instituto de Biociências da UFRGS entre 1958 e 1990 e docente colaborador por mais 20 anos, é testemunha da história das Ciências Biológicas e do ativismo ambiental no Rio Grande do Sul. Participou da criação do curso de Ecologia na Universidade, um dos pioneiros do país, e do Museu de Ciências Naturais do Estado, embrião da Fundação Zoobotânica (FZB). Em sua atuação política, a luta contra a extinção desta e pela regulamentação do plantio de árvores exóticas, como o eucalipto, são destaques. Sobre a evolução do ativismo ambiental durante seus anos de luta, diz que hoje há muito mais mobilização, e a opinião pública parece estar convencida da importância de considerar e debater questões como sustentabilidade e preservação. Porém, alerta para o rumo que as coisas vêm tomando no estado: “Infelizmente, o poder econômico colhe os frutos de ter sepultado os apoios ao movimento ecológicos na medida em que os governos têm priorizado critérios meramente econômicos para os padrões de desenvolvimento”.

Atuação – Ludwig Backup graduou-se no curso de História Natural da UFRGS em 1955. Dois anos depois, após especialização em Ecologia de Répteis e Anfíbios, ganhou uma bolsa do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (Daad) para a realização de sua tese de doutorado na Universidade Tübingen. A experiência de estudar em uma escola fundada em 1477

deu ao futuro professor um alto parâmetro para comparações. Na época, enquanto uma titulação desse nível no país – ao menos na área da Zoologia – só podia ser feita no Rio de Janeiro e em São Paulo, a universidade alemã já contava com uma grande tradição em pesquisa. “Havia uma base laboratorial e de infraestrutura muito grande em matéria de recursos humanos, profissionais qualificados, assistentes de laboratório e monitores. Ou seja, toda uma estrutura em termos de recursos financeiros, materiais e humanos a serviço do conhecimento”, relembra.

Ao concluir sua tese no campo da Entomologia, Backup retornou ao Brasil, onde, à época, as aulas de Zoologia ainda eram ministradas por engenheiros agrônomos. Ele deixa claro, porém, que “a mudança é visível”, e acrescenta: “É visível também a qualidade da pesquisa realizada nas instituições de ensino, principalmente nas federais”. Atribui essa mudança à criação de agências de incentivo, como o CNPq e a CAPES, que desde 1976 realizava a avaliação trienal dos cursos de pós-graduação no país. Outras entidades internacionais, como a Fundação Rockefeller e o Ministério de Cooperação Econômica da Alemanha, também tiveram seu papel, segundo ele. Diz ainda que: “No decorrer do tempo, fomos ampliando as estruturas habilitadas para trabalhar em ensino e pesquisa de qualidade”.

Outro ponto importante para o crescimento da pesquisa na área da Biologia no estado que teve participação de Backup foi a criação do curso de Pós-graduação em Ecologia, em 1978, através de um esforço conjunto de diversos departamentos. Isso transformou a UFRGS em uma das pioneiras no desenvolvimento de pesquisas no campo. “As primeiras

grandes movimentações em prol da preservação ambiental no Brasil aconteceram aqui no estado. Henrique Roessler, na década de 1940, a criação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), ainda nos anos 1970, e o trabalho de José Lutzenberger. O curso de Ecologia vem nesse sentido de gerar recursos humanos para lidar com essas demandas.”

Ativismo – Em 20 de agosto deste ano, o professor Ludwig Backup foi convidado pelo deputado Adolfo Brito, do Partido Progressista, para fazer um pronunciamento em Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa. A discussão girava em torno do Projeto de Lei 300 do governo estadual, um pacote de medidas para reduzir o déficit que, entre outras coisas, determinava a extinção da Fundação Zoobotânica. Em discurso inflamado, Backup relembrou a criação do órgão que administra o Museu de Ciências Naturais, o Jardim Botânico e o Parque Zoológico e seu valor para a sociedade gaúcha. Em certo ponto de sua fala, acusou em tom jocoso o governador José Ivo Sartori, que foi seu aluno, de ter dormido nas aulas.

Brincadeiras à parte, Backup parece ter legitimidade para falar da criação do órgão que serviu de embrião desta, o Museu de Ciências Naturais do Estado. Tudo começou em 1954, quando o então governador Ernesto Dornelles dividiu a Secretaria de Educação e Cultura, criando uma diretoria especializada para esta última, com setores para Letras, Artes e Ciências. Na diretoria de Ciências, assumiu o Padre Balduino Rambo, que se dedicava à Botânica e e foi um dos mentores de Backup. Ambos levaram adiante

a ideia da criação do Museu que serviria para “que houvesse uma sede para a investigação científica nessa área, além funcionar como um repositório para os acervos de pesquisa”, conforme o professor.

Ele comenta que tem dificuldade de entender como o fechamento da Fundação pode ser pauta na Assembleia. De fato, ainda que o PL 300 tenha sido retirado do regime de urgência, ter entrado em discussão pode, para o pesquisador, ser considerado um indício do descaso do estado com a questão ambiental: “De certa forma, a ameaça não é mais tão grande, na medida em que o próprio governo recuou, o que deixa claro que o governador não conhecia sua fundação direito nem sabia o que fazia. Foi preciso que houvesse audiências e até manifestações da ONU e da Unesco destacando a importância do órgão”, comenta Backup.

O professor lembra que é impossível falar em manutenção do meio ambiente sem a ideia exata do que se busca preservar. “É mais do que sabido que só é possível conservar o que se conhece”, observa, referindo-se ao Jardim Botânico e ao Parque Zoológico. Ao ser perguntado o que aconteceria caso a PL 300 fosse aprovada, responde: “Perderíamos o regime de informação para criar um governo sustentável. Fala-se tanto em sustentabilidade, mas o que é isso? Ora, sustentabilidade, é o que a Fundação Zoobotânica ensina. É o desenvolvimento em que se pode usar, sim, os recursos naturais, porém com parcimônia. De tal maneira que não se esgotem e fiquem à disposição das gerações subsequentes”, conclui Backup.

Igor Porto, aluno do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico



Ensino, pesquisa, extensão e arte

Feira do Livro Publicação traz os mais de cem anos da produção no Instituto de Artes

Mais uma vez estaremos na praça. De 29 de outubro a 15 de novembro, a Editora da UFRGS participará da nova edição da Feira do Livro de Porto Alegre na Praça da Alfândega. Há quase 30 anos, a Universidade leva aos frequentadores da Feira seu amplo catálogo de títulos que abordam os resultados das pesquisas nas mais diferentes áreas do conhecimento. Um dos destaques de 2015 é o catálogo geral da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo.

No ensaio de apresentação da parte mais antiga do acervo o organizador do catálogo, Paulo Gomes, fala do esquecimento e da lembrança, de como peças em museus são colocadas lá com a pretensão de que não serão esquecidas. “A estratégia de guardar coisas em algum lugar é baseada na expectativa de que, em algum tempo remoto, alguém as achará e as trará à tona, reintroduzindo-as no circuito de referências e, conseqüentemente, de reavaliação”.

Com o objetivo de promover a reflexão quanto à importância, na academia e no âmbito cultural do estado das peças da Pinacoteca do Instituto de Artes da UFRGS (IA), o Catálogo coloca em evidência o acervo que começou a ser construído em 1910, na criação da Escola de Artes do então Instituto Livre de Belas Artes do Rio Grande do Sul. A publicação, de 650 páginas, divididas em dois volumes, traz não só um inventário de todas as 1.485 obras existentes, no primei-



FLAVIO DUTRA/ARQUIVO JU - OUT/2012

ro volume, como textos críticos e ensaios sobre momentos históricos para o IA e sobre as principais peças da pinacoteca, escritos por professores e alunos da graduação e pós-graduação do Instituto.

Para a professora de História da Arte Paula Ramos, membro da Comissão Editorial, um aspecto especial da publicação é a forma como ela trabalha os três pilares do ensino superior: ensino, pesquisa e extensão. Além da pesquisa em catálogos e documentações, necessária para que os professores e alunos envolvidos escrevessem os verbetes contidos na publicação, a obra tem também “uma relação umbilical com as disciplinas do cur-

so de História da Arte”, nas palavras da professora, demonstrando o forte peso do ensino no catálogo, já que muito do que é visto pelos alunos em disciplinas de história da arte brasileira e gaúcha, além das disciplinas de laboratório de pesquisa, em que muito do que é feito utiliza a Pinacoteca. A docente conta também que “o projeto nasce de uma ação extensionista”, por ser uma iniciativa do Departamento de Difusão Cultural da UFRGS (DDC), ligado à Pró-reitoria de Extensão, e ser um trabalho da comunidade acadêmica voltado para muito além dos muros da Universidade.

O projeto em conjunto do DDC com o Instituto de Artes teve início



Pinacoteca Barão de Santo Ângelo Catálogo geral | 1910-2014 (Vol. I e II)

Blanca Brites, Ana Carvalho,
Paula Ramos e Paulo Silveira
Dia 10, 18h
Praça de Autógrafos

no ano de 2013, e faz parte da comemoração dos 80 anos da UFRGS, completados em 2014. Paula conta que havia catálogos de exposições, mas a Pinacoteca nunca havia tido um catálogo completo da coleção como este. Com a iniciativa do DDC, foi feito um grande esforço

no IA, contando com o trabalho de técnicos, docentes e discentes para a produção de um trabalho desse porte, raridade ainda em boa parte dos museus e pinacotecas do país.

Antônio Assis Brasil, *aluno do 6.º semestre de Jornalismo*



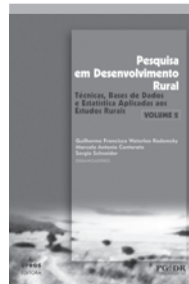
Desenvolvimentismo O conceito, as bases teóricas e políticas

Ronaldo Herrein Jr. (Org.)
Dia 31/10, 18h
Praça de Autógrafos



Interpretação do Direito & Equidade

Alejandro Alvarez
Dia 5/11, 16h
Praça de Autógrafos



Pesquisa em desenvolvimento rural Técnicas, base de dados e estatística aplicada aos estudos rurais - Vol.2

Guilherme Radomsky, Marcelo Conterato
e Sérgio Schneider (Orgs.)
Dia 6/11, 18h
Praça de Autógrafos

UFRGS na Feira

Neste ano, o estande da UFRGS estará na Rua da Praia, com a banca número 3. Além das publicações recentes da Editora, haverá a tradicional caixa de saldos, com livros a partir de cinco reais. Para o diretor da Editora, Alex Niche Teixeira, a participação da UFRGS na Feira do Livro é um importante papel da Universidade Pública, pois, mais que ampliar a visibilidade das publicações e da própria instituição para fora dos câmpus, ela “possibilita o contato direto com as obras e o debate suscitado pela produção de conhecimento”. Além das sessões de autógrafo, que ocorrerão em sua maioria na Praça de Autógrafos, também está programada a realização do painel Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do Instituto de Artes da UFRGS: História, Pesquisa, Memória, que ocorrerá no dia 10 de novembro, às 15h30min, na Sala Leste do Santander Cultural. Participarão do debate os organizadores da obra.



O poder do selo Imaginários ecológicos, formas de certificação e regimes de propriedade intelectual no sistema agroalimentar

Guilherme Radomsky
Dia 6/11, 18h
Praça de Autógrafos



Políticas públicas Monitoramento, avaliação, controle e participação social no governo do RS

Fernanda Corezola, Aida Griza,
Marília Patta Ramos
Dia 11/11, 16h
Memorial do Rio Grande do Sul



A internacionalização do Brasil na era da globalização Ensaio sobre economia e política internacional

André Moreira Cunha, Hélio Henkin
e Marcos Tadeu Caputi Lélis (Orgs.)
Dia 6/11, 19h
Praça de Autógrafos

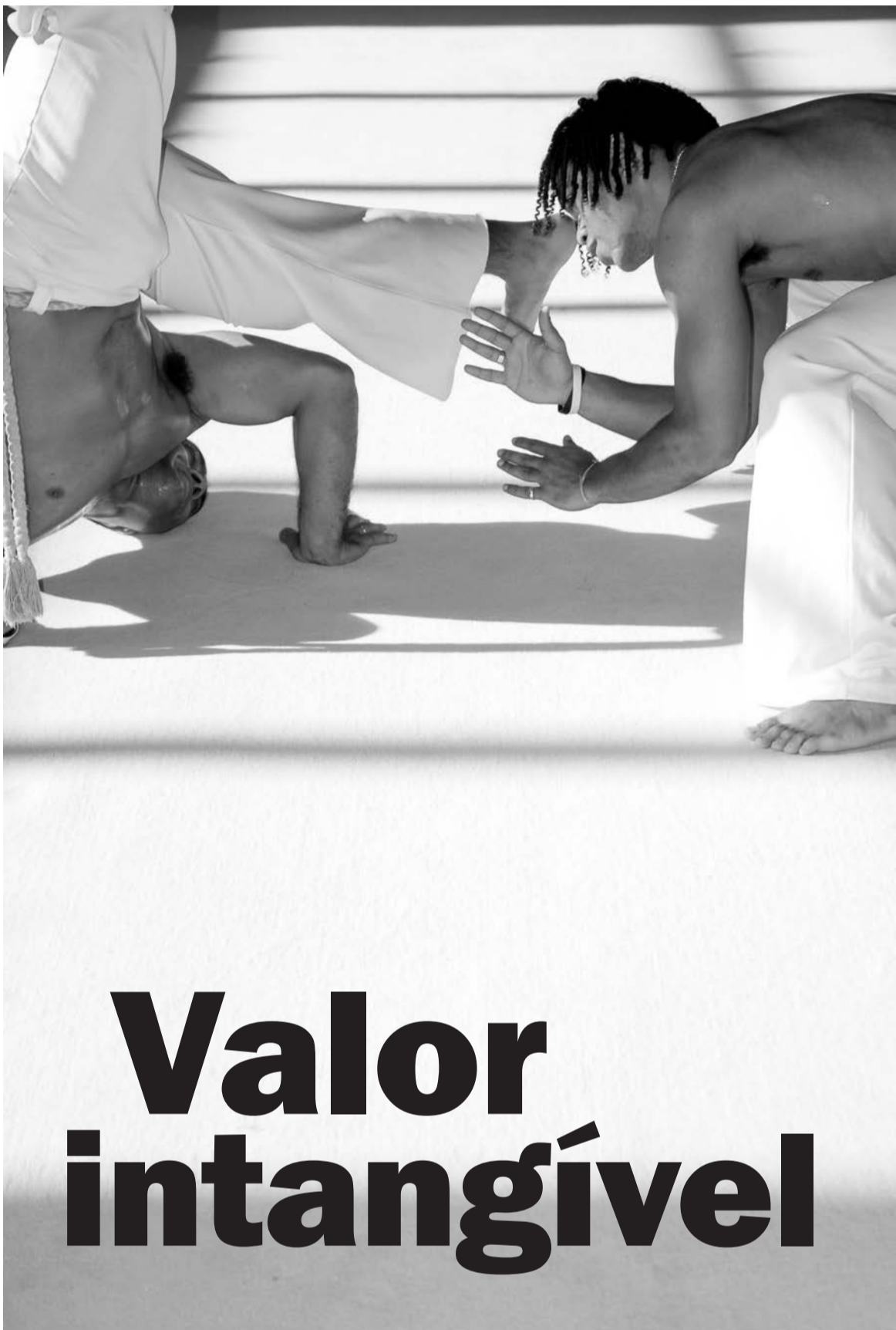


Transtornos metabólicos nos animais domésticos

Félix Dias González, Marcio Nunes
Corrêa e Sérgio Ceroni da Silva
Dia 6/11, 19h
Praça de Autógrafos



FLÁVIO DUTRA/ARQUIVO JU - OUT/2006



Valor intangível

Referência de prática popular, a capoeira é um dos bens culturais registrados como patrimônio nacional

Política cultural Especialista fala sobre a complexidade da identificação e do registro do patrimônio imaterial

Samantha Klein

Além de possuir dimensões continentais, o Brasil, sabidamente, caracteriza-se por uma enorme diversidade cultural por conta da participação de diferentes grupos étnicos na formação do país. Durante muito tempo afirmou-se que a identidade nacional foi desenvolvida a partir da contribuição de três raças, desconsiderando as peculiaridades dos povos formadores. Algumas iniciativas para tentar modificar esse entendimento surgiram com o Movimento Modernista da década de 1920 e com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), instituído por decreto em 1937.

Porém, a ideia de valorizar as manifestações culturais como a capoeira, o frevo, as matrizes do samba carioca, o Círio de Nazaré ou a Feira de Caruaru foi consolidada muito recentemente. O Registro de Bens Culturais Imateriais completou 15 anos em

agosto. Desde a sanção da lei que criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), 30 representações da cultura brasileira foram registradas. A legislação surgiu da necessidade de reconhecimento de práticas identitárias do povo que poderiam desaparecer sem a devida preservação. A prioridade é para as minorias historicamente relegadas.

O Programa pretende promover a inclusão social dos detentores do patrimônio cultural imaterial e propor medidas que ampliem a participação dos grupos que produzem as manifestações culturais nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio. Existem quatro categorias de bens culturais: Saberes; Celebrações, festas e folguedos; Linguagens musicais, iconográficas e performativas; e Espaços. O registro é concedido a bens considerados como de referência para um povo. Para compreender um pouco do processo de registro, documentação e salvaguarda das manifesta-

ções culturais, conversamos com a historiadora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) Beatriz Muniz Freire, que esteve na Universidade em agosto passado para participar do III Seminário Comemorativo ao Dia do Patrimônio Histórico.

Como identificar o patrimônio cultural?

A dimensão imaterial do patrimônio se refere a práticas e processos culturais de referência para a memória de um povo. É, principalmente, dedicar um olhar para essas manifestações. Tem que ser um bem de valor de referência, logo, não é toda a atividade que cabe nesta concepção. Se formos pensar da maneira como a política de salvaguarda da cultura é conceituada, qualquer prática pode ser cultural, desde pentear os cabelos até cantar parabéns no aniversário de um amigo ou parente. Bens culturais coletivos estão inseridos no cotidiano das pessoas, não são excepcionais.

Qual o processo necessário para registrar bens culturais e quem deve solicitá-lo?

A política instituída em 2000 dá prioridade aos grupos que tradicionalmente foram marginalizados e não tiveram o devido reconhecimento ao longo da história. Ou seja, comunidades indígenas e afro-brasileiras cujo arcabouço cultural não foi alvo de preservação. Porém, a política vem se tornando mais conhecida pela população e pedidos de outros grupos têm surgido. Já recebemos solicitações até para registrar o Jogo do Bixo. Bom, não é porque é popular que será preservado, quanto mais uma prática ilegal [risos]. Além disso, é necessária toda uma documentação de fôlego, com o auxílio de antropólogos. É determinante a anuência do grupo, porque não é como no caso do patrimônio material em que um técnico pode fazer o tombamento.

De que forma se dá a preservação de manifestações culturais?

Entendemos que o ato de documentar é o coração da salvaguarda pois estamos tratando de bens processuais em constante transformação. O sentido do registro é documentar como está o bem cultural na atualidade, mostrando seu valor. A gente tem casos de registros que não foram precedidos de inventário porque havia documentação farta, de cunho etnográfico. É o caso da arte gráfica dos índios Wajãpi, a qual a pesquisadora Dominique Gallois acompanhava e fazia registro há mais de 20 anos. Com base em documentação, mostram-se quais são as dificuldades do grupo em manter essa manifestação cultural, o que torna possível elaborar o plano de salvaguarda juntamente com a comunidade interessada. Para isso não há um modelo, mas estimamos que o apoio do Iphan seja necessário por um período de até dez anos. Assim, normalmente propomos a oferta de oficinas para aprender a fazer projetos e participar de editais do Ministério da Cultura. Um exemplo foi a oficina de confecção de instrumentos tradicionais, no caso do Samba de Roda do Recôncavo Baiano.

De que maneira ocorre o estudo e o registro de manifestações que estão espalhadas por todo o país, a exemplo da capoeira?

O registro da capoeira concluiu a parte histórica, na qual foram buscadas informações sobre a prática com pesquisadores de vários campos do saber e foi feita a documentação em três cidades-berço: Salvador, Recife e Rio de Janeiro. A salvaguarda, porém, vai ocorrer em todo o país. Em Porto Alegre, por exemplo, começamos as reuniões no ano passado, mas a interiorização ainda não teve início. É importante verificar como surgiu e como se formaram os mestres gaúchos. Por meio dos artigos da historiadora Jeane Mattos, sabemos da relação com a Bahia. Ela identificou a presença da capoeira na capital gaúcha ainda na segunda metade do século XIX, a partir da análise de processos crime, em que se fala de "perigosos capoeiras". Mas o ensino é dissemi-

nado a partir da década de 1970. A capoeira tem uma relação com os escravos de ganho (realizavam tarefas remuneradas nas cidades e entregavam parte do valor recebido ao 'senhor'), é um fenômeno urbano, uma forma de defesa.

A fabricação de doces em Pelotas foi alvo de inventário e registro?

O pedido de registro como bem cultural partiu da Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas e da Secretaria Municipal de Cultura. De posse da documentação, o Iphan verificou a pertinência, mas era necessário encontrar uma categoria que registrasse as duas tradições docerias – a urbana e a colonial. Assim, chegou-se à conclusão que a categoria Lugar seria a mais pertinente. Quando se fala em doces de Pelotas, há uma relação com a antiga elite pelotense, mas existe uma contundente tradição dos doces coloniais feitos em regimes familiares, nas pequenas propriedades rurais. O bem imaterial não é o docinho servido em bandeja, mas o saber envolvido e a história dessa prática que envolve tantas pessoas. Há uma relação direta com as Charqueadas, já que o açúcar vinha nos navios em troca do charque. Aliás, é muito interessante que uma tradição doceira tenha surgido em área sem plantação de cana.

Qual é a diferença entre o registro da Feira de Caruaru (PE) e a Feira do Livro de Porto Alegre?

A Feira de Caruaru é tão significativa porque a cidade surgiu em torno dela, por isso o povo de lá está intimamente ligado a aquele evento. Já na Feira do Livro, o reconhecimento de patrimônio imaterial pela Prefeitura de Porto Alegre (que tem sua lei própria) é importante, mas não constitui uma referência de origem dos porto-alegrenses. É muito interessante que os municípios se preocupem com a preservação, até porque existe a questão da salvaguarda, já que esse tema ultrapassa as atribuições do Iphan. As prefeituras podem criar instituições de apoio à continuidade dos bens imateriais.

E no caso das línguas, como se dá o seu inventário?

O tratamento das línguas é diferente uma vez que toda língua é uma referência cultural incontestável para o grupo de falantes. Não há o que selecionar, há que reconhecer. Em 2010, foi elaborado o Inventário Nacional de Diversidade Linguística. Se há um pedido de reconhecimento, aplica-se o inventário como forma de documentação. O país tem cinco línguas reconhecidas, sendo que no estado do Rio Grande do Sul são duas: o Talian (de migração italiana) e o Mbyá-Guarani. Ao lembrarmos que até pouco tempo atrás, na II Guerra Mundial, o Estado brasileiro proibia que os imigrantes falassem sua língua original, podemos dizer que existe uma dívida com esses povos. A partir do momento em que a Constituição brasileira reconhece que o patrimônio pertence aos grupos formadores da sociedade, as línguas passam a ser fundamentos culturais do país.



DESTAQUE



A arte em meio ao terror

Holocausto
Mostra exhibe
desenhos de
meninas judias
produzidos
em campo de
concentração

Karen Zolko tinha 13 anos quando visitou o Museu Judaico de Praga com a família. Na ocasião, 40 anos atrás, encontrou a assinatura da irmã mais velha Erika Stránská em um desenho exposto no local. Essa descoberta foi a centelha que se transformou na mostra *As Meninas do Quarto 28*, que chega neste mês no Museu da UFRGS. Durante a invasão nazista da antiga Tchecoslováquia, Erika foi enviada para o campo de concentração de Theresienstadt, próximo à Praga, e morta em Auschwitz.

Anos mais tarde, com a República Tcheca democrática possibilitando acesso à informação, Karen buscou o desenho e descobriu que não havia apenas um, mas 30. Encontrou também a escritora alemã Hannelore Brenner, que escreveu um livro com importante acervo de histórias sobre os moradores de Theresienstadt, um gueto de artistas e professores judeus que chegou a ser apresentado como

propaganda nazista nos anos 40. Entre 1942 e 1944, crianças de 12 a 14 anos moraram juntas no Quarto 28, em Theresienstadt, durante a ocupação nazista. Das 15 mil crianças confinadas, apenas 93 sobreviveram. Entre estas, 15 viveram no Quarto 28. Apesar da situação miserável, as crianças tiveram contato com professores, compositores e artistas – também prisioneiros – que buscavam minimizar o sofrimento com atividades que as ajudariam a crer que aquela difícil situação seria transitória.

“Foi algo inacreditável. Só queria conseguir uma cópia do desenho para minha mãe, mas com a ajuda da Dodi Chansky (amiga e sócia) e da minha filha, tudo isso se transformou numa exposição”, diz Karen. *As Meninas do Quarto 28*, baseada no livro homônimo de Hannelore Brenner (Editora LeYa), foi adaptada para o Brasil e reúne mais de 20 painéis, 40 desenhos e instalações, como beliches e mesas em tamanho real para representar o quarto onde cerca de 50 meninas ficaram alojadas durante a II Guerra Mundial. Patrocinada pela ONU, a mostra está percorrendo o país desde 2014, depois de itinerar por vários países europeus.

“Montamos um beliche com espelho no teto para que o público possa se deitar e imaginar como era viver naquele lugar. Também exibimos desenhos felizes, bem diferentes do que

pensamos sobre um campo de concentração”. Há ainda uma mala representando o objeto onde foram achados os desenhos das crianças.

Ação educativa – Algumas sobreviventes ao campo de concentração ainda se encontram todo ano. Portanto, uma das oficinas a serem realizadas como atividade paralela à mostra será a de correspondência. “Planejamos um exercício para que os alunos enviem postais para uma delas. É importante para eles saber sobre História, mas também vivenciar esse contato via carta, uma forma de comunicação que independe da internet”, diz a diretora do Museu da UFRGS, Cláudia Aristimunha.

Para ela, esse projeto busca explorar formas de superação através da arte. “Queremos mostrar aos alunos e ao público em geral que, apesar das adversidades, aquelas meninas buscaram na arteterapia e na amizade a sobrevivência. Por isso, a mostra traz essa mensagem de esperança, ainda que elas tenham vivido em meio ao Holocausto.”

Além da exposição, que permanecerá em cartaz até março de 2016, serão realizadas palestras e oficinas. Cláudia espera trazer para uma das palestras, em data a ser definida, a jornalista alemã Hannelore Brenner. Agendamento para a visita de grupos pelo telefone 3308-3390 ou pelo email museu@museu.ufrgs.br.

CINEMA

Mostra Akira Kurosawa

O diretor é um dos mais importantes realizadores da história do cinema japonês e mundial, influenciando cineastas de todas as partes do mundo. Perfeccionista, participava de todas as etapas da realização de um filme. Na mostra, realizada pela Sala Redenção em parceria com o SESC/RS, serão exibidos seis obras de Kurosawa do período do pós-guerra. Entre os longas está *Rashomon*, que foi premiado com o Leão de Ouro no Festival de Veneza e o Oscar de Melhor Filme Estrangeiro. Sessões com entrada franca.



RASHOMON
(Rashōmon, Japão, 1950, 88min)
 Sessões: 13 de outubro, 16h; 15 de outubro, 16h; 22 de outubro, 19h

OS SETE SAMURAI
(Shichinin no Samurai, Japão, 1954, 207min)
 Sessões: 13 de outubro, 19h; 20 de outubro, 19h; 23 de outubro, 19h

YOJIMBO
(Japão, 1961, 110 min)
 Sessões: 14 de outubro, 16h; 21 de outubro, 16h; 27 de outubro, 19h; 30 de outubro, 16h

TRONO MANCHADO DE SANGUE
(Kumonosu Jō, Japão, 1957, 110 min)
 Sessões: 15 de outubro, 19h; 16 de outubro, 16h; 23 de outubro, 16h; 29 de outubro, 16h

FORTALEZA ESCONDIDA
(Kakushi Toride no San-Akunin, Japão, 1958, 139 min)
 Sessões: 16 de outubro, 19h; 19 de outubro, 16h; 23 de outubro, 19h

SANJURO
(Tsubaki Sanjurō, Japão, 1962, 96 min)
 Sessões: 19 de outubro, 19h; 20 de outubro, 16h; 27 de outubro, 16h

Cultura de Periferia

Mostra organizada pelo Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-reitoria de Extensão da UFRGS. O filme será exibido na Sala Redenção com entrada franca.

BANCA FORTE
(The Bunch, Brasil, 2014, 55 min), de Giovanni Borba
 Sessão: 14 de outubro, 19h

CineDebate Direitos Humanos Especial

Projeto desenvolvido pela Liga dos Direitos Humanos da Faculdade de Educação da UFRGS em parceria com a Sala Redenção que destaca os direitos humanos sob a ótica do cineasta macedônio Milcho Manchevski. Após a sessão, que tem entrada franca, haverá debate com a mediação de Nykolos Friedrich Correia Motta, doutorando em Filosofia da Universidade e coordenador do projeto, e convidados.

SOMBRA
(Shadows, Alemanha/Espanha/Macedônia/Itália, 2007, 120 min)
 Sessão: 21 de outubro, 19h

Mostra Universitária de Curtas (MOUC)

A Sala Redenção participa da terceira edição da mostra que apresenta 16 produções de estudantes de todo o país, entre animações, documentários e filmes de ficção. Além das sessões, serão realizadas palestras na Fabico para discutir a linguagem cinematográfica. Entrada franca em todas as atividades. Confira o programa acessando o site <https://moucmostra.wordpress.com/>
 Sessões: 29 de outubro, 19h; 30 de outubro, 19h.

EXPOSIÇÃO

Vias Mortas

Mostra fotográfica para o projeto Unifoto do trabalho de Giovanna Pozzer. As imagens são o resultado de um amplo estudo de campo na Região Metropolitana, apresentando as imersões da fotógrafa em ambientes abandonados. Visita: até 23 de outubro
 Local e horário: saguão da reitoria, das 8h às 18h
 Entrada franca

Mulheres nas Ações do DEDS

Exposição fotográfica que propõe um momento privilegiado de memórias, descobertas e permanências, apresentando o universo feminino nas ações realizadas pelo Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-reitoria de Extensão. Visita: 26 de outubro a 27 de novembro
 Local e horário: saguão da reitoria, das 8h às 18h
 Entrada franca



Presença da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo

Exposição de obras do acervo da Universidade que recupera sua importância enquanto coleção pública. Idealizada pelo Instituto de Artes e pelo Departamento de Difusão Cultural da UFRGS, tem a curadoria dos professores Blanca Brites e Paulo Gomes. Visita: até 18 de dezembro
 Local e horário: Salão de Festas da reitoria, das 10h às 18h
 Entrada franca

ONDE?

► **Museu da UFRGS**
 Osvaldo Aranha, 277
 Fone: 3308-3390

► **Saguão da Reitoria**
 Paulo Gama, 110 - térreo
 Fone: 3308-3034

► **Salão de Festas**
 Paulo Gama, 110 - 2.º andar
 Fone: 3308-3034

► **Sala Alzira Azevedo**
 Salgado Filho, 340
 Fone: 3308-4318

► **Sala Redenção**
 Luiz Englert, s/n.º
 Fone: 3308-3933

► **Salão de Atos**
 Paulo Gama, 110 - térreo
 Fone: 3308-3933

TEATRO

TPE 2015

Mostra de trabalhos produzidos por estudantes do curso de teatro do Instituto de Artes da UFRGS.

O EDIFÍCIO

Adaptação cênica da *graphic novel*, de Will Eisner, criador do personagem Spirit e um dos mais influentes cartunistas mundiais. A montagem leva à reflexão sobre o estilo de

vida que a cidade impõe aos sujeitos. Direção de Gabriela Boccardi, orientação de direção de Ana Paula Zanandrea, orientação de atuação de Márcia Donadel. Elenco: Amanda Gatti, Elielto Rocha e Luiz Manoel. Sessões: 7, 14, 21, 28 de outubro
 Local e horários: Sala Alzira Azevedo, 12h30 e 19h30
 Entrada franca



MÚSICA

Projeto Unimúsica 2015

O sexto show da Série Irreverentes traz o músico paulista Carlos Careqa. A vivência em diferentes cidades – Curitiba, Nova Iorque, Berlim e São Paulo – e a experiência no teatro deixaram marcas em seu trabalho, sempre pautado pela ironia e a irreverência. Com 30 anos de carreira e mais de 20

discos lançados, Careqa promete um concerto especialíssimo, ao lado dos músicos Paulo Braga (piano), Mario Manga (violoncelo e guitarra), Marcio Nigro (guitarra e violão) e Claudio Tchernev (bateria).

ENTREVISTA ABERTA

Data: 21 de outubro
 Local e horário: Salão II do Salão de Atos da UFRGS, 20h

CONCERTO

Carlos Careqa
 Data: 22 de outubro
 Local e horário: Salão de Atos da UFRGS, 20h
 Retirada de senhas para ingresso a partir de 19 de outubro, no mezanino do Salão de Atos, mediante a doação de um quilo de alimento não perecível por ingresso.

Meu Lugar na UFRGS

Remarcando paredes

Qualquer um pode escrever o que tiver vontade nas paredes que um dia foram amarelas do Diretório Acadêmico da Comunicação da Fabico. Dessa forma, quase todas as superfícies do Dacom são cobertas por pichações, frases e desenhos. Nem a mesa de bilhar foi poupada. Marília Pinto e Alessandra Werliang, estudantes de Relações Públicas (RP) e Jornalismo, respectivamente, passaram os meses iniciais de seu relacionamento frequentando o local quase todos os dias acompanhadas de seus colegas de curso. Como a maior parte dos alunos, costumavam divertir-se lendo as inscrições, em sua maioria relacionadas a pessoas e situações da faculdade, até que um dia começaram a perceber algumas frases nada cômicas.

No terceiro semestre do curso, Marília e um grupo de colegas resolveram fazer o trabalho da cadeira de Opinião Pública sobre as frases no Diretório. Após um levantamento, confirmaram sua tese: havia muito preconceito perpetuado naquelas paredes. Em meio à enorme quantidade de inscrições, escondiam-se dizeres machistas e LGBTfóbicos. Por meio de uma pesquisa online, apuraram a opinião de alunos da faculdade: “Na parte do questionário aberta para comentários, muitas pessoas respondiam que nunca haviam percebido ou parado para pensar naquelas frases e que ficaram chocadas com o grau de preconceito”, lembra a estudante de RP. A partir da discussão fomentada pelo trabalho, algumas estudantes organizaram uma intervenção nas paredes, apagando com formas em estêncil e frases pichadas todos os dizeres preconceituosos. Alessandra acredita que essa desatenção vai muito além das paredes: “São situações do dia a dia que a gente vive, mas que passam despercebidas porque muitas pessoas não julgam como agressivas e, às vezes, nem refletiram sobre elas”.

Marília e Alessandra contam que, logo que ingressaram na Fabico (Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação),

acharam o ambiente muito acolhedor. Apenas com o passar do tempo, perceberam que nem todos aceitavam tão facilmente a grande presença LGBT na faculdade. Além das frases no Dacom e de algumas outras inscrições nas portas dos banheiros, intervenções da *Semana da Diversidade Sexual e de Gênero* em locais do prédio já foram danificadas. Da mesma forma, comentários e publicações nas redes sociais frequentemente expõem preconceitos por parte dos alunos. “Ainda hoje, tanto alunos como funcionários, principalmente os homens, olham muito, nos encarando de uma maneira anormal”, relata Marília. Por outro lado, desde sempre o casal recebeu o apoio de diversos estudantes, o que, no início, chegou a se transformar em certa pressão: “Desde que ‘ficamos’, perguntavam quando íamos namorar e nos chamavam de ‘melhor casal’, o que acabou sendo bom, mas era meio chato”, narra Marília.

Hoje, elas frequentam o Dacom não apenas pela descontração - entraram na equipe do diretório e ajudam a organizar ações e eventos. “O Diretório e a Semana da Diversidade em si são duas formas de tentar representar os estudantes, pra que não seja um aluno contra um sistema inteiro”, reflete Alessandra. Ela também vê na Semana um papel fundamental: “O evento propõe o debate sobre questões de gênero e sexualidade, assuntos que a gente simplesmente não vê, pois não há nada no currículo que sequer mencione isso”. Marília comenta que tanto o trabalho sobre as frases quanto a organização da Semana trouxeram grande satisfação: “É interessante ver como uma coisa muito simples dá um resultado enorme no local que tu frequentas”.

Iami Gerbase

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.



Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história - ou a de alguém que você conheça - com esse local

Perfil



FOTOS: FLAVIO DUTRA/JU

Música nômade

Borges-Cunha Maestro e professor da UFRGS fala de sua formação

Um maestro que nasceu na fazenda antes mesmo da parteira chegar. Um compositor que tocou em diversos bailes de CTG. Um professor que não separa a emoção em gêneros musicais. Esse é Antonio Carlos Borges-Cunha, músico que compõe melodias tal qual sua vida: um caminho cheio de altos e baixos, mas com constante emoção advinda da união dos mais diferentes sons, funções, pessoas e silêncios. A trajetória internacional do maestro contrasta com a pacata propriedade rural em que nasceu. Situada em um distrito de Bom Jesus, a fazenda onde o pai do maestro trabalhava pertencia a uma importante família da região. Ele cresceu ajudando na lida do campo, enquanto sonhava com música e reforçava aos pais seu desejo por ter aulas de acordeão: “Eu sempre soube que queria ser músico”, relata Cunha.

Determinação – Devido ao receio dos pais diante de uma possível carreira artística, as aulas só iniciaram por volta de seus 14 anos, após muita insistência e quando já se mudara para Vacaria a fim de frequentar a escola. “Depois que eles viram a minha dedicação com a música, meu pai passou a ser meu grande apoiador e protetor. Adorava contar que, ainda engatinhando, eu imitava os sons e movimentos de um acordeão”, recorda. Em Vacaria, estudava, fazia e dava aulas de música, voltava a Bom Jesus para ajudar na fazenda sempre que podia e comandou um programa solo de rádio, pago inicialmente com as escassas economias. Aos 16, passou a tocar em bailes da região, integrando nos anos 70 o conjunto *Os Caudilhos*. Nas horas livres, estudava música de diversos gêneros.

A primeira vez em que Cunha foi a um concerto, em 1975, soube que precisava fazer parte de uma orquestra: “Eu pensei, acordeão não tem chance! Qual instrumento que não toca tão rápido? Contrabaixo!”. Ele começou as aulas imediatamente e, poucos anos depois, já constituía o corpo musical da OSPA. Em 1979, ingressou no curso de Bacharel em Composição da UFRGS, se aproximando do mestre Armando Albuquerque. Em um evento conheceu Hans-Joachim Koellreutter, músico alemão naturalizado brasileiro, com quem, após vencer a timidez, passou a ter aulas: “Eu ia de ônibus de Vacaria até o Rio de Janeiro e ficava num apartamento dele mesmo. Ele incentivou muitos músicos hoje famosos”. Também foi orientado por Arlindo Teixeira e Milton Masciadri: “Só tenho o que agradecer, porque em minha trajetória eu sempre conheci as pessoas certas, na hora certa”.

Pluralidade – Uma dessas pessoas, a professora Rose Marie Reis Garcia, precisou convencê-lo a tornar-se docente do departamento de Música do Instituto de Artes: “Ela disse para mim: ‘A universidade precisa de você. Então, entrei como professor de contrabaixo e de harmonia’. A continuidade dos estudos foi incentivada pelo doutor em Música Raimundo Martins, que chegou a fazer sua inscrição para o mestrado no New England Conservatory, em Boston (EUA).

Em 1991, ano em que recebeu o título de mestre, inscreveu-se para diversos doutorados nos EUA, sendo aceito em todos. A angústia inicial foi logo desfeita pelo professor Cogan: “Não tem dúvida, você vai para a Califórnia, onde estão Roger Reynolds, Harvey Sollberger...”. Cunha tornou-se PhD em 1995 pela Universidade da Califórnia, em San Diego. Professores daquela instituição tentaram persuadi-lo a ficar devido às suas peculiaridades: “Eles sempre procuram formar um departamento multicultural. O ambiente universitário saudável não é aquele em que tu contratas o professor

que pensa como você. Precisamos contato com quem pensa diferente de nós, com quem tenha outra sensibilidade”. Nessas universidades, viveu um ambiente cultural intenso, atuando como regente e tocando acordeão e contrabaixo em diversas programações artísticas.

Difusão – Incapaz de exercer apenas uma função, o músico se envolveu em vários projetos. Apresentou suas composições na Alemanha, Estados Unidos, Canadá e Uruguai, recebeu duas vezes o Prêmio Funarte de Composição, uma o Prêmio Açorianos e a Medalha do Mérito Farroupilha. Hoje, leciona no PPG em Música da UFRGS. Ao longo de 17 anos, foi regente titular da Orquestra Sesi/Fundarte, projeto social que levava a música para o interior do estado, no qual desenvolveu o programa Jovens Solistas, selecionando novos músicos para integrar a orquestra.

É também diretor artístico da Orquestra de Câmara do Theatro São Pedro (OCTSP), na qual procura extinguir o mito do estilo: “Para mim toda a música é popular. No momento em que você diz que existe música erudita e música popular, a pessoa não vai ao teatro, porque acha que ‘não é para ela’ ou que é chato”.

Por se considerar um músico “inclusivista” e contrário à atual especialização das carreiras profissionais, Cunha adotou a prática de misturar gêneros e estilos, tanto na programação que organiza na Universidade. “Nunca se precisou tanto de arte como agora. Vivemos um momento de tédio, de pessoas passando horas em casa na frente da televisão”, comenta o compositor que acredita no poder emocionante da música como forma de combater esse problema: “No momento que sentirem algo que mexe na sua vida interior, acharão o caminho para o encontro consigo mesmas. E aí a música tem uma função”, conclui.

Iami Gerbase, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico



SARAH HANAUER LOCHMANN



MANUELA MARINHO

Mundo rural



DIRCE PRIMO TREMPER



GERUZA SILVEIRA MACHADO



ANGELA MORETTO

As imagens desta página são algumas das fotografias que participaram do 1.º Concurso Fotográfico da Faculdade de Agronomia. Realizado a partir de proposta de uma aluna da graduação como forma de recepção aos calouros, estão expostas nos corredores do prédio principal da faculdade. Produzidas nos mais diversos suportes – câmeras profissionais, celulares ou câmeras amadoras -, mostram um pouco do mundo rural ligado às lidas do campo -, área de ação atual ou futura dos estudantes, professores e técnicos da área.



ENILSON LUIZ SACCOL DE SÁ

Muito além das telas

TEXTO JACIRA CABRAL DA SILVEIRA

FOTOS FLÁVIO DUTRA

O cinema universitário é uma presença crescente em festivais brasileiros e internacionais, mas para chegar à vitrine é preciso viver os bastidores das imagens

UM MENINO ENCONTRA UM CORPO na mata. Todos os olhares se voltam para o corpo. Ocupantes de um prédio abandonado recebem um aviso de que podem ser despejados a qualquer momento. Menina perturbada por mosquitos é misteriosamente levada até as ruínas de uma fábrica abandonada.

As cenas acima ilustram as tramas de três curtas inscritos na 43.ª edição do Festival de Cinema de Gramado: *O corpo*; *O teto sobre nós*; e *Bruxa de fábrica*, respectivamente dirigidos por Lucas Cassales, Bruno Carboni e Francisco Sieczkowski. Os dois primeiros são realizações das produtoras Sofá Verde e Tokio Filmes, ambas de ex-alunos do curso superior de Tecnologia em Produção Audiovisual da PUCRS, e o terceiro é uma produção da Unisinos, fruto do trabalho de estudantes do Bacharelado em Realização Audiovisual.

Fatimarlei Lunardelli, jornalista da UFRGS, crítica de cinema e pesquisadora, há anos participa da seleção dos curtas inscritos para o festival da serra gaúcha, assim como de outros concursos. Ela comenta que, para a edição de 2015, foram 110 candidatas na categoria curtas nacionais, sendo que, dos 19 filmes selecionados, seis tinham sido realizados por estudantes de diferentes universidades. Esses 31% correspondem a uma produção que tem crescido nos últimos anos: o cinema universitário.

Assim como seus colegas de júri, Fatimarlei destaca a maturidade da abordagem dos temas, “especialmente considerando que são jovens entre 18 e 20 anos”. Esse aspecto contribuiu para qualificar ainda mais os filmes, e, para a pesquisadora, fez com que o cinema universitário deixasse de ser uma categoria isolada em Gramado, sendo incorporada à classificação de curtas gaúchos.

89 cursos – Quem consulta o sistema *e-mec*, utilizando como palavras-chave os termos “cinema” ou “audiovisual”, vê que existem hoje 89 ofertas de graduação no país. No Rio Grande do Sul, além dos cursos oferecidos pela PUCRS e pela Unisinos, há mais três: Curso Superior de Tecnologia em Produção Audiovisual, da Ulbra; Produção em Mídia Audiovisual, na UNISC; Cinema de Animação e Cinema e Audiovisual, na UFPel. Eles se diferenciam pelas modalidades de bacharelado ou graduação tecnológica, variando de dois a quatro anos de duração, o que implica maior ou menor ênfase aos aspectos técnicos e/ou teóricos.

Luciana Rodrigues, presidente do Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual (Forcine) e professora do curso de Cinema da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), em São Paulo, avalia que a expansão da área nos últimos 12 anos explica-se em especial pelos avanços tecnológicos que permitiram a produção digital de cinema, barateando o custo do processo. Independentemente do que a proliferação de cursos possa repercutir na oferta de vagas no mercado de trabalho, a dirigente afirma que existe espaço para todos: “Cinema não pode ser pensado somente na tela grande. Há trabalho em ONGs, em festivais, cinematecas. Mas, infelizmente, boa parte dessas oportunidades ainda está concentrada no eixo Rio-São Paulo”.

Por outro lado, ela critica o fato de a linguagem audiovisual não ser ensinada nas escolas, desinformação que vai refletir-se na graduação. Considerando o volume de conhecimentos a serem trabalhados durante o curso e a duração da formação superior, Luciana lembra o comentário do professor da USP Ismael Xavier, grande pensador do cinema brasileiro e autor de uma das obras mais importantes editadas no país sobre teoria cinematográfica: “Você já notou que a gente tem de formar verdadeiros Leonardos Da Vinci em quatro anos? Eles são pesquisadores, críticos, historiadores, diretores, fotógrafos, diretores de arte, diretores de atores, montadores... É muito trabalho pra pouco tempo”!

Estudantes do Curso de Realização Audiovisual da Unisinos (CRAV) durante as gravações de imagens nos dias 18, 19 e 20 de setembro deste ano em diferentes locações na grande Porto Alegre. Na pauta, os filmes *Labirinto do Desejo* e *As Meninas*.

Acima de tudo, a paixão pela imagem

Desde o tempo de colégio, Eduardo Teixeira da Silva já gostava de TV, especialmente das séries. Por isso, quando entrou no curso de bacharelado em Realização Audiovisual da Unisinos, em 2009, foi fácil para ele entender que não estava ali exclusivamente para aprender a fazer cinema, mas que o curso envolvia também outras plataformas. O que implicava desmistificar a ideia corrente de que somente cinema pode ser um produto de qualidade ou mesmo uma realização considerada arte.

Quando essa mudança de perspectiva não ocorre, Eduardo diz que o mercado de trabalho pode resultar em frustração para aqueles que não conseguem desenvolver tudo aquilo que imaginavam poder fazer quando formados. “Eu sou uma pessoa que sempre gostou de televisão, de produtos de televisão, por isso nunca tive preconceito. Para mim um filme não é melhor do que uma novela. Mas eu tinha colegas que

só queriam cinema, e outros que gostavam de coisas mais comerciais. Esses grupos refletem o que será o mercado.” Reconhecer e respeitar esses diferentes pontos de vista, na avaliação do jovem cineasta, acaba sendo um importante aprendizado. Mesmo assim, ele comenta: “Ninguém contrata um diretor recém-formado”.

Experiente em produtos televisivos, pois durante toda a graduação estagiou na TV de sua universidade e desde junho do ano passado foi contratado pela UfrgsTV, Eduardo comenta que as próprias TVs abertas estão optando por mais estética e valor narrativo em suas realizações: “Não dá mais pra falar só em cinema ou em televisão, as coisas estão se misturando. Até a nomenclatura dos cursos está mudando”, justifica.

Por outro lado, assim como seus colegas, foi a vontade de fazer cinema que o trouxe à universidade. O interesse começou no início do ensino médio, numa escola pública de Guaíba,

onde morava com os pais – proprietários de um armazém – e o irmão mais velho. Ele e alguns amigos de colégio decidiram participar do Festival Estudantil de Cinema da cidade, cujo idealizador é o jornalista e professor de Filosofia Valmir Michelin. Mesmo com toda inespiciência e tendo que pedir câmera emprestada para filmar um curta de terror, acabaram recebendo quatro prêmios: melhor filme, melhor direção, melhor atriz e melhor filme por voto popular.

Já naquela época, sem saber, Eduardo experimentou uma situação recorrente no meio cinematográfico, e que constataria durante a graduação: geralmente quem dirige faz o roteiro e muitas vezes também produz. Em seu caso, além disso, atuou, pois estudava teatro e seu sonho era ser ator. Desejo que o fez tentar a sorte durante três meses em São Paulo logo que concluiu o colégio e mesmo antes de prestar vestibular. Vinculado a uma agência de modelos

(“devia mesmo era ter me cadastrado em uma agência de atores”, reclama) buscava iniciar uma carreira. E foi fazendo ponta num filme realizado por universitários que ficou fascinado com o complexo e encadeado trabalho por trás das câmeras.

De volta a Guaíba, vai procurar pela segunda vez a Casa de Cinema de Porto Alegre. A primeira vez ainda estava com 14 anos e pensava poder atuar em algum dos filmes da produtora gaúcha. Mas naquele momento, 2008, desejava orientação quanto a qual curso fazer para estudar cinema. Entrou no site da Casa e escolheu escrever para Jorge Furtado. “Oi Jorge, estou pensando em estudar cinema, o que tu achas dos cursos?” A resposta viria apontando para muitos lados, pois Jorge alegava ter “amigos competentes” tanto na PUC [Carlos Gerbase] quanto na Unisinos [Giba Assis Brasil]. A decisão viria em função da maior carga horária do curso de São

Cineasta professora

Flávia Seligman foi a primeira professora de cinema a obter título de mestre no estado. Era o ano de 1990 e a maioria dos docentes na área de cinema era formada em jornalismo, e nenhum possuía a titulação que atualmente é exigida pelo MEC. Apaixonada por cinema desde a adolescência – aos 14 anos ganhou do pai sua primeira filmadora Canon –, assim que concluiu jornalismo na PUC/RS mudou-se para São Paulo para fazer mestrado em Artes na USP. O tema de sua pesquisa: *Verdes Anos do Cinema Gaúcho: o ciclo super-8 em Porto Alegre*. Em 2000, concluiria o doutorado na mesma instituição, abordando o tema: *O Brasil é feito pornô: o ciclo da pornochanchada no país dos governos militares*. Ao acompanhar a carreira docente de Flávia quando ela retorna a Porto Alegre, é possível escrever um pouco da história do ensino de cinema e audiovisual gaúcho.

Anos 70

A produção de curtas em Porto Alegre era feita por um grupo de cinéfilos como Tuió Becker, Sérgio Silva e Antônio Carlos Textor. “Eram filmes mais intelectuais”, comenta Flávia: “produções independentes”. Sérgio Silva havia sido professor de Flávia no ensino médio: “Foi com quem aprendi literatura, português e sobre a vida”. Anos depois, trabalharia como sua assistente de direção.

1986

Forma-se em Jornalismo pela PUC. A razão principal da escolha pelo curso fora a possibilidade de trabalhar com rádio e televisão. Isso muda, porém, no primeiro ano de faculdade, quando vai ao Festival de Gramado, assiste ao documentário *Jango*, e conhece o diretor Sílvio Tendler: “Minha vida mudou”. Foram suas conversas com o cineasta que a inspiraram a fazer mestrado na USP assim que se formou em Jornalismo.

1987

Dirige o curta *Prazer em conhecê-la*, baseado numa crônica de Fernando Sabino. Nessa época, o movimento da publicidade era intenso no estado, com grande proliferação de produtoras na área de propaganda. Flávia ingressa nesse segmento e faz assistência de direção e produção. Também estava começando a Casa de Cinema, reunindo cineastas que trabalhavam juntos desde o início dos anos 80.

1990

Conclui o mestrado. É o tempo que morou em São Paulo, trabalhou com produção e continuação de filmes como *Tanastah* pernambucano Almir e *Música*, do mineiro Conde.

1991

É convidada para dar cinema no curso de e em Teoria do Jornalismo.

Entre bonecos e cenários

No início de 2014, formou-se a primeira turma de Cinema de Animação da UFPel, segmento que vem despontando com força em âmbito mundial e cuja realização brasileira tem-se destacado nos últimos dois anos. Em 2013, *Uma história de amor e fúria*, de Luiz Bolognesi, e, no ano passado, *O menino e o mundo*, de Alê Abreu, ambos longas-metragens, conquistaram o prêmio principal (Cristal Award – Melhor Longa-Metragem) do maior festival de cinema de animação, o Annecy International Animated Film Festival, em Annecy, na França.

De acordo com a coordenadora do curso, Carla Schneider, entre a produção de outros longas e curtas-metragens deste segmento de produção cinematográfica, é possível notar o constante crescimento do cinema de animação como mercado de trabalho, principalmente no Brasil, pelo do aumento de filmes que participam no Festival Internacional da Animação - Anima Mundi, ao longo de sua vigência (1993 a 2015) e dos debates no Anima Fórum (2007 a 2015).

Mas, embora estejamos vivenciando uma safra promissora de longas-metragens brasileiros em animação, Carla comenta que o curta-metragem ainda é um formato fundamental para a formação e experimentação da linguagem e das técnicas de animação. “Este é o formato que trabalhamos na

formação dos estudantes em cinema de animação na UFPel”, acrescenta. Além do curso em Pelotas, existe apenas mais um em âmbito nacional, que é o de *Cinema de Animação e Artes Digitais*, da UFMG.

Quanto ao mercado de trabalho, Camila Mitiko, 24 anos, formada em 2014 pela UFPel, comenta: “O mercado de animação tem crescido bastante nos últimos anos aqui no Brasil; muitas séries de TV estão sendo produzidas por estúdios brasileiros. No entanto, ainda é difícil conseguir uma vaga nesses estúdios, uma vez que raramente divulgam as disponibilidades e, quando divulgam, optam por contatos já conhecidos, sendo mais difícil para recém-formados entrar no mercado enquanto não estabelecem uma rede de contatos”.

Da mesma turma de formatura de Camila, Bruna de Paula, 23 anos, também avalia as alternativas: “Como nosso curso é muito novo, o mercado ainda carece de mão de obra qualificada, muitos dos profissionais hoje são autodidatas ou foram formados dentro dos primeiros estúdios de animação que conseguiram se estabelecer. Para os profissionais formados e com experiência, encontramos muita oferta de emprego fixo e oportunidades freelancer, principalmente no ramo da publicidade e de séries de animação. Para

quem ainda está cursando também há muitas vagas de estágio”, diz com entusiasmo.

Noite fria – Ao recordar momentos especiais durante a graduação, Bruna conta sobre como seu grupo concebeu o curta *Dinoshop*, que foi exibido em diversos festivais pelo Brasil, inclusive no Dia da Animação, na edição de 2013. *Dinoshop* é o um curta-metragem em stop-motion com bonecos de papertoy. Havia apenas um mês para produzir tudo, “era um prazo muito apertado”, e a maior parte do tempo elas usaram fazendo o planejamento: “cerca de duas semanas e meia. Por sorte, conseguiram uma câmera Nikon emprestada. Por outro lado, só teriam uma semana para utilizá-la. O QG foi montado na casa de Bruna, e as cinco garotas passaram o período se revezando dia e noite na montagem de bonecos, animando e fotografando tudo, além de dormir esticadas no sofá nas mudanças de turno. “E, pra piorar, aquela foi a semana mais fria de Pelotas nos últimos 10 ou 15 anos. “No fim, estávamos exaustas.” Na semana seguinte, quando terminaram de montar o filme, foi uma surpresa: “Não só tinha dado certo pelo que tínhamos planejado, como foi o melhor filme que fizemos no curso todo. Foi uma alegria sem tamanho, recompensou demais o nosso esforço. Até hoje o filme circula por aí ou é convidado pra ser exibido em mostras infantis”.

O entusiasmo de Maria Eduarda

O relato de uma das novas alunas da UFPel ilustra como é viver a realização de um sonho:

Olá, meu nome é Maria Eduarda Vieira Dal Molin, tenho 19 anos e sou aluna do 2.º semestre do curso de Cinema de Animação da UFPel. Sou de Ijuí, cidade localizada no noroeste do estado, e realizei a prova do ENEM para ingressar no curso no início desse ano. Não trabalho.

Então, quando as pessoas me questionam por que cursar Cinema, é difícil responder. Não tenho uma razão específica para tanto. Fazer o que estou fazendo, para mim, parece ser o certo. É uma paixão que eu tenho, independentemente da técnica, misturada com um querer fazer parte desse mundo.

Eu quero estar discutindo a criação de um roteiro, as características que os personagens terão, a estética que se procura utilizar nos produtos, enfim, desde os aspectos mais gerais até os menores que envolvem a realização de produtos cinematográficos. É um sentimento de pertencimento que eu sinto quando penso a razão de estar cursando Cinema de Animação.

O tempo que eu passo na universidade é bem grande, tem dias da semana que eu só volto pra casa para dormir (risos), mas mesmo assim é uma coisa muito gostosa estar na universidade, ver colegas e aproveitar o estar com eles, porque ao mesmo tempo que estamos fazendo o que nos é exigido, também estamos discutindo questões sobre cinema e nos divertindo. Então, o tempo que eu passo na universidade não é algo que me pesa de estar lá - me cansa sim, mas é algo muito prazeroso. Não possuo nenhuma experiência ‘de trabalho’, mas posso dizer que as minhas primeiras experiências, que acredito abrirão muitas portas, estão em fase de produção e sendo muito bacanas de realizar.

Como o curso tem 4 anos e praticamente já se foi 1, pretendo me formar em 3 anos. Até lá, acredito que vou ter encontrado a área, ou as áreas, em que mais tenha afinidade na animação. A partir daí, meus planos são trabalhar muito, pois gostaria de chegar a um ponto da minha carreira que as pessoas olhassem para os filmes de que farei parte da equipe e identificassem o meu jeito de fazer cinema. Mas tem um longo caminho pra chegar lá, então, por enquanto, vou juntando experiências (risos). Os meus receios, entre tantos, são de chegar ao mercado e ele estar tão saturado que o meu trabalho não se torne tão bom quanto eu queria que fosse.



Leopoldo: “Achei que precisava mais tempo para aprender”. Mesmo sendo um curso caro, hoje a mensalidade está em torno de R\$ 3 mil, seus pais sempre o incentivaram a seguir estudando.

Formado em 2014, Eduardo está convicto da importância de ter mantido o vínculo com seus colegas de grupo da faculdade para o início e a continuidade de sua trajetória profissional. Num sistema cooperativado, cada um tem sua própria empresa, mas interage na realização de projetos individuais ou coletivos. Com isso, têm-se mantido não apenas no mercado como também apostado em novos planos que não se restringem a desenvolver produtos audiovisuais. Em junho deste ano, por exemplo, ajudaram a organizar o curso sobre cinema ministrado durante a 14.ª edição do Festival Estudantil de Cinema de Guaíba. Inicialmente pensado para professores, a turma acabou sendo formada também por estudantes de diferentes idades.

Durante o curso em São Paulo, foi assistente de produção em filmes, do curso de Cinema de Animação, de Guilherme; do curso de Cinema de Animação, de Rafael.

Assim como a turma de especialização em Cinema de Animação na PUC.

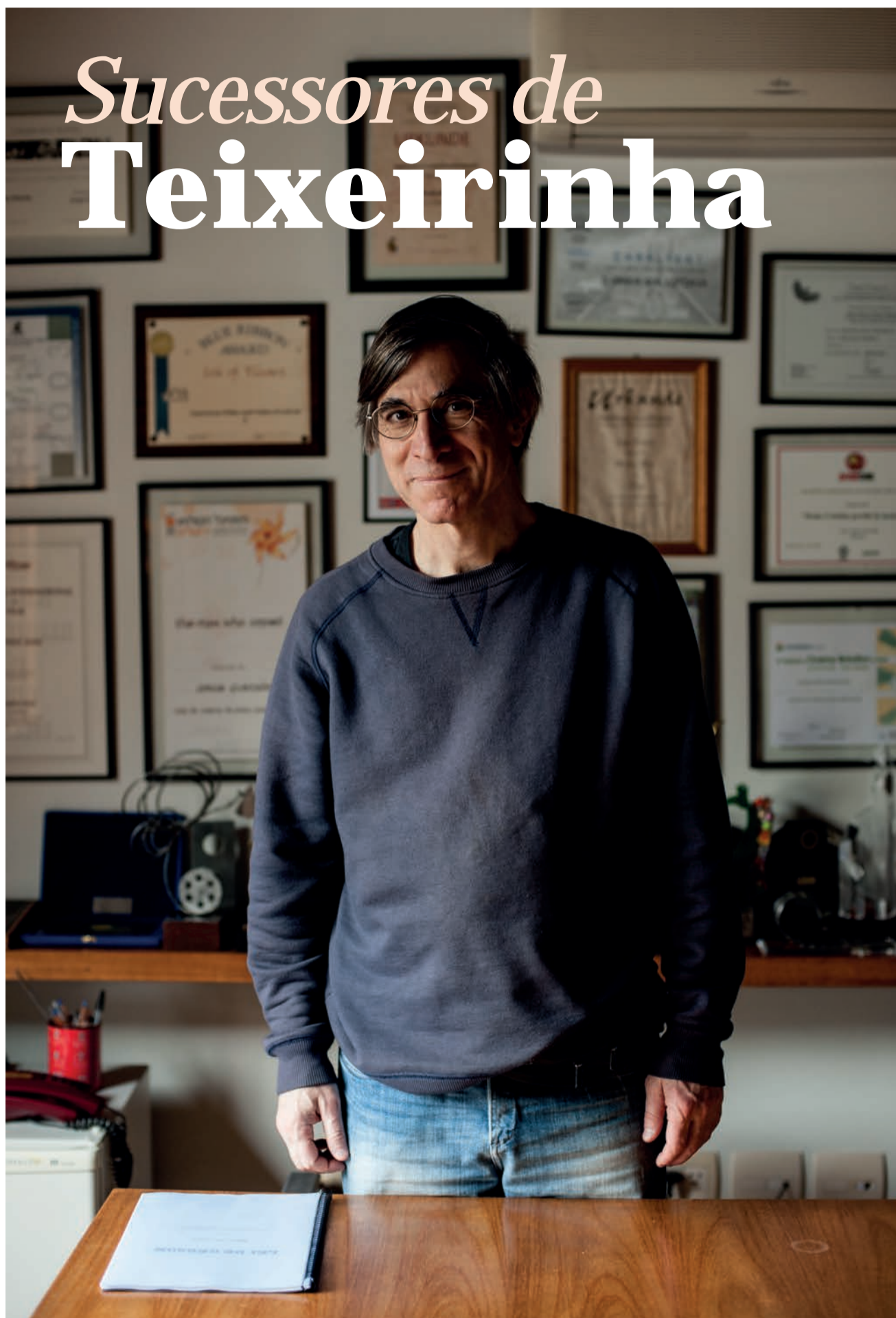
1993 Maria da Graça Celente coordena o curso de Publicidade e Propaganda da PUC e convida Flávia para assumir a disciplina de cinema. Nessa época, foi colega de Carlos Gerbase e Anibal Damasceno Ferreira, entre outros. Enquanto não existiam cursos universitários de cinema no estado, os apaixonados pela sétima arte realizavam cursos de fotografia, trabalhavam em agências de publicidade.

1995 Flávia ajuda a criar e é a primeira coordenadora da especialização em Produção Cinematográfica na PUC/RS, primeira no estado.

2001 Assume como docente do curso de Publicidade da Faculdade de Comunicação da UFRGS, acumulando a docência na PUC até 2003, quando assume 40 horas na UFRGS. Até então, não havia curso só de cinema no RS.

2003 É convidada para dar aula no curso de cinema da Unisinós, primeiro no estado: “Uma proposta irrecusável: dar aula de cinema num curso de cinema! Era um sonho”. Com a abertura dos cursos na Unisinós e na PUC, ambos em 2003, começam também a surgir atividades como festivais (Festival Universitário, o Festival de Santa Maria).

Sucessores de Teixeirinha



Quando perguntam a Giba Assis Brasil como começou o seu amor pelo cinema, ele refaz a pergunta: “O que será isso: amar o cinema?”. E a resposta surpreende por vir de um dos mais importantes nomes da produção cinematográfica no estado: “Gosto mesmo é de literatura”, e ri muuuuito, antes de explicar: “As sacações que tive na literatura foram muito maiores do que aquelas fazendo cinema, sem sombra de dúvida”. Possivelmente por isso recomenda aos seus alunos do Curso de Graduação em Realização Audiovisual da Unisinos: “Leiam muito, vocês já viram filmes demais”.

Talvez amar seja um termo forte, mas o interesse de Giba pelas imagens em movimento é inegável desde o tempo da faculdade. Quando optou por estudar Jornalismo, abandonando o curso de Química, um de seus objetivos era escrever sobre cinema, embora afirme que nunca tivesse pensado em fazer filmes na universidade. Até alguns anos, a oportunidade de trabalhar com cinema na academia era por meio das poucas disciplinas oferecidas nos cursos de Comunicação. Assim, o único professor de cinema de Giba foi Luiz Carlos Merten, durante seu tempo de estudante na Fabico. No mais, aprendeu na prática.

“Não defendo o autodidatismo, mas

aprendi dessa forma. O que levei meses para entender poderia ter descoberto em cinco minutos. Eu gostaria muito de ter feito um curso, até por isso, quando me convidaram para ajudar a criar a graduação de cinema da Unisinos, fui com muito prazer”. Nessa época, ministrava as disciplinas de cinema no Jornalismo da UFRGS, mas, como não tinha feito pós-graduação, não compensava financeiramente. Além disso, pensa, eram poucos os alunos que se interessavam verdadeiramente.

Primeiro filme – No início dos anos 80, havia um grupo de diferentes profissionais em Porto Alegre que fazia experiências em Super-8, um tipo alternativo de bitola, mais acessível e que implicava menor custo. Giba interessou-se por essas incursões cinematográficas e começou a se aproximar desse pessoal. Foi quando conheceu o também jornalista Nelson Nadotti, com quem logo realizaria *Deu pra ti anos 70*, longa-metragem realizado em Super-8 que recebeu o prêmio de melhor filme da categoria no Festival de Gramado, em 1981, ano de sua produção.

Naquele momento estava sendo lançado *A filha de Iemanjá*, o último filme do músico Vitor Mateus Teixeira, o Teixeira, cujo

primeiro longa-metragem, *Coração de Luto*, estreara em 1966. “Podemos nos considerar filhos do ciclo Teixeira do cinema gaúcho, mas o fato é que a produção nunca parou no Rio Grande do Sul”, afirma o cineasta. Giba também acredita que, com o surgimento de ciclos regionais de curta duração, excetuando a concentração no eixo Rio-São Paulo, o ciclo Teixeira iniciado nos anos 60 durou mais tempo do que os demais: “Criou-se um público consumidor que, embora não fosse um público de cinema, queria ver o Teixeira”.

Além de fundar um mercado para a produção cinematográfica gaúcha, as realizações da produtora do cantor popular colaboraram para familiarizar os espectadores com a nova forma de produzir filmes e para mostrar que era possível fazer cinema no estado. Depois de realizar *Deu pra ti anos 70* com equipamentos caseiros, a próxima história – *Verdes Anos* – foi produzida com interesse comercial. Para isso, foi necessário equipamento adequado assim como pessoal tecnicamente qualificado para trabalhar na nova produção. As perguntas começaram: Quem tem câmera? Quem sabe operá-la? Onde e quem vai montar o filme? A resposta foi a mesma para todas as questões: “Vamos procurar o pessoal do Teixeira”.

Um desses contatos foi o fotógrafo de cinema Norberto Lubisco, que acabou trabalhando nos primeiros curtas de Giba. Outro colaborador foi Alfeu Godinho, que havia aprendido a montar com a equipe do Teixeira. “Aquele geração dos anos 60 foi fundamental para que déssemos o salto para a área profissional, aprendendo a fazer cinema de verdade. Por outro lado, com essa continuidade na produção, já que desde os anos 60 nunca deixamos de produzir, não dá mais para dizer que é um ciclo”, observa.

Em 1987, um grupo de cineastas gaúchos, entre eles Giba, Jorge Furtado e Carlos Gerbase, criou a Casa de Cinema, reunindo quatro pequenas produtoras. Era um sistema cooperativo que tinha por objetivo viabilizar a distribuição dos filmes já realizados e o planejamento de futuros projetos. Essa formatação seguiu até o ano de 1991, quando a Casa passou a funcionar como uma produtora independente, embora permanecendo com o viés cooperativo e a intenção de continuar difundindo os trabalhos do grupo original.

Expansão – De acordo com Giba, a produção de cinema no Brasil nos anos 80 passou por uma forte crise, especialmente no governo Collor. Quando realizaram *Verdes anos*, em 1983, o sistema de financiamento à produção nacional centrado na Embrafilme estava esgotado. Criada por decreto em 1969, a Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima tinha por função fomentar a produção e distribuição de produções nacionais. Sem a possibilidade de investimento federal, o primeiro filme com fins comerciais no qual estava trabalhando acabaria sendo produzido de forma cooperativa. “De certa forma, aquela crise foi consequência da crise econômica do país”, recorda.

Embora o modelo da Embrafilme tivesse alcançado bons resultados nos anos 1970 em termos de volume de produção e ocupação de mercado, passou a demonstrar o maior de seus defeitos: “A excessiva dependência que a cadeia produtiva tinha da própria estatal. Por isso, na segunda metade dos anos 1980, a criação da Lei Sarney [primeira legislação de incentivos fiscais à produção cultural no Brasil] foi uma tentativa desajeitada e, em longo prazo, equivocada de minorar os efeitos das dificuldades da produção”.

Giba chama a atenção para as mudanças sofridas pelo cinema mundial: “Revolução digital, ‘shoppinização’, elitização e infantilização das plateias. Ao mesmo tempo, os cinemas de rua e de periferia desapareceram, o preço médio do ingresso quintuplicou e quem saiu perdendo com isso foi o cinema brasileiro”. Ele lembra que o país, que chegou a produzir 100 longas-metragens por ano entre 1978 e 1982, alcançando 35% da bilheteria total do mercado nacional, terminou na era Collor – quando foi fechada a Embrafilme – com 1 filme produzido em 1992. “Quando consegui se livrar dessas duas crises seguidas, já no governo Itamar Franco, o cinema brasileiro (que nunca chegou a ser uma indústria) teve de correr atrás de um sistema que tinha se modificado completamente, e custou a encontrar respostas”.

Hoje, o Brasil lança cerca de 150 filmes ao ano e a “produção continua aumentando”, garante o cineasta. Nesse processo, a passagem do analógico para o digital tem grande responsabilidade, impactando o trabalho com o audiovisual como um todo. Giba conta que, quando começou a fazer cinema, havia uma técnica de “feitura” que há décadas era a mesma, desde as primeiras etapas até a finalização, com pequenas novidades tecnológicas. “E para boa parte desse percurso não havia gente capacitada no estado. Esse foi durante muito tempo o motivo da concentração da produção cinematográfica no Brasil”, explica. Agora, o cenário é outro, até porque “praticamente não existe espaço para os autodidatas, como eu fui, do tipo que aprende fazendo. Esse, que era o modelo básico há 30 anos, hoje é exceção, não se contratam mais curiosos”, assegura.